UNIVERSIDADEFEDERALDAPARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

EUTROPIO PEREIRA BEZERRA

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa – PB

JOÃO PESSOA – PB
2014

EUTROPIO PEREIRA BEZERRA

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Estado da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, organização, acesso e uso da informação

Orientador: Profº. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

JOÃO PESSOA – PB
2014

EUTROPIO PEREIRA BEZERRA

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa – PB

Aprovado em _____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – UFPB
(Orientador)

_____
Profª. Drª. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – UFPB
(Examinadora interna)

_____
Profº. Dr. Marcos Galindo Lima – UFPE
(Examinador externo)

JOÃO PESSOA – PB
2014

Dedico este trabalho a Antônia Maria Nery Farias Bezerra (esposa), Clarice Maria Nery Bezerra (filha) e Lucas Nery Bezerra (filho), pelo amor incondicional e por compreenderem minha ausência, em alguns momentos dessa caminhada; e aos meus pais, Eugênio Rodrigues Bezerra (In memoriam) e Maria Pereira Bezerra, pois não tiveram a oportunidade de estudar, por isso acredito que essa é uma vitória nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por ser a força que me impele, ajudando-me a trilhar caminhos que desejados, quando eles pareciam sonhos impossíveis de concretizar. Muitas vezes, a angústia da finalização, a impressão de que algo não vai bem ou as incertezas em relação aos caminhos escolhidos tomam conta de nossa cabeça e do nosso espírito. Nessa hora, encontrar alguém com quem compartilhar essas inseguranças é, sem dúvida, o melhor a fazer. Acredito que uma das melhores coisas da pesquisa é o caminho percorrido e, principalmente, as pessoas com as quais convivemos nele. Assim, o apoio e a força de familiares e de amigos são fundamentais.

Sou imensamente grato aos meus pais, Eugênio Rodrigues Bezerra (in memoriam) e Maria Pereira Bezerra;

Agradeço, em especial, a minha esposa Antônia Maria Nery Bezerra e aos meus filhos Clarice Maria Nery Bezerra e Lucas Nery Bezerra;

Ao Prof. Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto/UFPB, meu orientador, um agradecimento muito especial, pela precisão dos conhecimentos transmitidos, pelo equilíbrio e pela elegância de sua conduta no desempenho de suas funções, por representar o “porto seguro” dessa trajetória, sempre inundado de segurança, carinho e apoio, garantidos nos momentos de incerteza e de insegurança.

Agradeço às Comunidades Gramame, Engenho Velho e Quilombola do Mituaçu, cujos moradores são as personagens principais da história anônima do Vale do Gramame e que, com muito carinho e dedicação, ajudaram-me a dar vida a este trabalho, portanto, sãos seus verdadeiros autores;

Nosso carinho, nosso apreço e nosso agradecimento especial a Maria dos Anjos (Mestra D´OCI Gomes), Maria da Penha Teixeira e toda a equipe da Escola Viva Olho do Tempo, que acreditaram neste trabalho de pesquisa e nos ajudaram a conhecer melhor essa realidade;

Neste trabalho dissertativo, contei com muitos amigos e amigas, com os quais vivi momentos de muito entusiasmo e emoção. Por isso, é hora de olhar para trás e reconhecer que, no meio de uma trajetória aparentemente solitária, estive junto de pessoas fundamentais, sem as quais, talvez, este trabalho não existisse.

Aos meus amigos, pedras preciosas que encontrei em minha vida, que sempre me compreenderam, incentivaram-se e estiveram presentes, dando-me afeto e apoio. Embora seja difícil nomear a todos, não posso me esquecer de Hellosman Oliveira, Antônio Ricardo, Josilma Andrade dos Santos, Daniella Alves, Leda Cristina, Derek Warwick, Esdras Renan, Gercino Tiburtino, das Professoras Drª. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Manuela Maia, Ana Queiroz, Carolina Queiroz, Jacqueline Echeverría, Maria José, Esmeralda Sales e do Prof. Washington Medeiros;

Aos meus irmãos e cunhados;

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, e aos professores que, de forma competente, tanto têm contribuído com a formação de cada um dos que passaram por aqui.

RESUMO

Esta dissertação estuda a construção da memória através da preservação do patrimônio cultural, em especial, o material, tomando como objeto de estudo o mapeamento e a identificação das comunidades que conferem atenção aos seus bens culturais no complexo do Vale do Gramame, João Pessoa – PB. Considerando a extensão das comunidades que se encontram nos limites geográficos do vale, o recorte estabelecido neste trabalho é direcionado para três comunidades específicas: a Comunidade do Gramame e a Comunidade Engenho Velho, situadas na área rural de João Pessoa, e a Comunidade Quilombola de Mituaçu, no município do Conde. O objetivo da pesquisa foi de identificar os bens culturais dessas comunidades e compreender as estratégias estabelecidas para a preservação desses bens. Quanto à metodologia, este trabalho está pautado nas investigações de caráter qualitativo e em pesquisas de campo, cuja finalidade é de inventariar os bens culturais das comunidades mencionadas através da história oral, que se busca por meio da oralidade, o que ficou registrado na memória. Na perspectiva da observação participante, optamos por trabalhar com o conceito de cultura como expressão dos significados, procurando realizar uma interpretação da diversidade humana. A oralidade contribuiu para a elaboração escrita da origem comum e do cotidiano da comunidade, possibilitando mais visibilidade da história de cada morador, estabelecendo os padrões e as principais mudanças no decorrer do tempo, do lugar e das sucessivas gerações. Para tanto, a inserção nas comunidades para registrar e coletar informações sobre a história local e os meios ou suporte utilizados para a preservação dessa memória surge como fator primordial da pesquisa. Algumas problemáticas surgem quando se refere à memória não institucionalizada, posto que a escassez de documentos como suporte de informação é uma característica comum aos grupos específicos, como os quilombolas. Contudo, a história dessas comunidades vem sendo recontada e transmitida através dos mestres dos saberes da tradição oral, que atuam como detentores legítimos da memória e do saber local. Considerando que a preservação da memória faz parte da busca pela construção de uma identidade social, essas memórias reveladas pelos mestres dessas comunidades constituem a história e a memória dos grupos ali estabelecidos.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Cultural. Preservação.

ABSTRACT

This dissertation studies the construction of memory from the preservation of cultural heritage, in particular the material, taking as its object of study the mapping and identification of communities that give attention to their cultural property in the Valley Gramame complex, João Pessoa - PB. Considering the extent of the communities that lie within the geographical limits of the valley, the cutout provided in this work is directed to three specific communities: the community and the community Gramame Old Mill, located in a rural area of João Pessoa; Mituaçu and maroon community in the municipality of Conde. The objective is to identify the cultural assets of these communities and understand the strategies established for the preservation of these assets. Methodologically, this work is based in the investigation of qualitative and field research whose purpose is to identify the cultural assets of the communities mentioned throughout history oralque search by means of orality which was recorded in memory. From the perspective of participant observation, I found working with the concept of culture as an expression of meaning, trying to realize an interpretation of human diversity. Orality contributed in the writing of the common origin and the everyday community development, enabling greater visibility of the history of each resident, establishing standards and major changes over time, place, and successive generations. To do so, the insertion in the communities for collection and recording of information about local history, means or used to support the preservation of this memory appears as the key point of the research. Some problems arise when one of the non-institutionalized memory, since the scarcity of documents in support of information is a common characteristic of specific groups, like maroon. However, the history of these communities has been retold and transmitted by the masters of knowledge of oral tradition, which act as legitimate holders of memory and local knowledge. Whereas the preservation of memory is part of the search for the construction of a social identity, these memories revealed by the masters of these communities constitute the history and memory of the groups set forth therein.

Keywords: Memory. Cultural Heritage. Preservation.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMCG	Associação dos Moradores da Comunidade do Gramame
GAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
DNIT/PB	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Estado da Paraíba
DNIT/PE	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Estado de Pernambuco
SUDENNE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do rio Gramame..... **48**
Figura 2 – Rio Gramame..... **48**
Figura 3 – Identificação da construção da ponte..... **50**
Figura 4 – Identificação da construtora..... **50**
Figura 5 – Ponte dos Arcos – Gramame..... **50**
Figura 6 – Encontro com os cirandeiros..... **52**
Figura 7 – A magia da leitura com a mestra Judite..... **53**
Figura 8 – Casa de farinha..... **54**
Figura 9 – Encontro dos alunos da EVOT: preservando a natureza..... **55**
Figura 10 – As histórias contadas pela mestra D'Oci **56**
Figura 11 – Escola Viva Olho do Tempo..... **58**
Figura 12 – Organograma das atividades da EVOT..... **59**
Figura 13 – Mestres dos saberes..... **60**
Figura 14 – Trilhas educativas..... **64**
Figura 15 – Trilha Olho d'água ou Olho do Tempo..... **65**
Figura 16 – Trilha ecológica..... **65**
Figura 17 – Caminhada ecológica dos agricultores do Vale do Gramame (caminhada de São José) **67**
Figura 18 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento..... **68**
Figura 19 – Mapa dos bens culturais identificados da Comunidade do Gramame.. **69**
Figura 20 – Esboço das ruínas do Engenho Ponta do Gramame..... **70**
Figura 21 – Aguardente de cana Ressaca..... **71**
Figura 22 – Aguardente de cana Alegria..... **71**
Figura 23 – Mapa da localização da Granja Eleonora Falcone..... **73**
Figura 24 – Paisagens: recursos naturais..... **74**
Figura 25 – Artefatos: balança..... **74**
Figura 26 – 1ª residência do Sr. Roque Falcone..... **74**
Figura 27 – 1ª Escola da Comunidade Gramame..... **75**
Figura 28 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento..... **77**
Figura 29 – Mapa dos bens culturais da Comunidade Engenho Velho..... **78**
Figura 30 – Igreja Católica São Vicente de Paula..... **78**
Figura 31 – Caminho para o túnel Branca Dias..... **80**
Figura 32 – Acesso à primeira entrada do túnel Branca Dias..... **80**
Figura 33 – Acesso à segunda entrada do túnel Branca Dias..... **81**
Figura 34 – Poço do cavalo..... **82**
Figura 35 – Certificado de Auto reconhecimento da Comunidade Remanescente Quilombola de Mituaçu..... **85**
Figura 36 – Pintura: espaço renovar..... **87**
Figura 37 – Casa de "taipa" coberta com telha..... **88**
Figura 38 – Primeira escola do Mituaçu..... **89**
Figura 39 – Mituassu - Município do Conde Terra dos Quilombolas..... **91**
Figura 40 – Granja Felipe..... **94**

Figura 41 – Moedas de 200 reis..... **95**
Figura 42 – Moeda não identificada..... **95**
Figura 43 – Proprietários de terras em Mituaçu..... **98**
Figura 44 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento..... **99**
Figura 45 – Figura 45 Mapa dos bens culturais identificados da Comunidade do Mituaçu..... **99**
Figura 46 – Casa de taipa..... **100**
Figura 47 – Museu Casa de Taipa - Espaço Renovar..... **101**
Figura 48 – Museu Artefatos..... **101**
Figura 49 – Espaço Multicultural do Mituaçu..... **101**
Figura 50 – Espaço Cultural – Lapinha..... **102**
Figura 51 – Espaço Cultural - Representação da lapinha na Comunidade de Mituaçu..... **103**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **13**

2 MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: reflexão sobre os conceitos **18**

2.1 O CAMPO DO PATRIMÔNIO E A PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS **22**

2.2 INFORMAÇÃO PATRIMONIAL: construção de um conceito instrumental.... **30**

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **34**

3.1 METODOLOGIA **35**

3.2 TIPO DE PESQUISA **37**

3.3 LOCAL DE PESQUISA **39**

3.4 UNIVERSO DA AMOSTRAGEM DA COLETA DOS DADOS..... **40**

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS **40**

3.5.1 Ficha de identificação dos bens culturais..... **41**

3.5.2 Entrevistas **42**

4 GRAMAME, MITUAÇU E ENGENHO VELHO: história, memória e patrimônio no Vale do Gramame..... **45**

4.1 O VALE DO GRAMAME: história e preservação da memória..... **46**

4.2 QUINTAIS CULTURAIS NO VALE DO GRAMAME: estratégias de preservação da memória e da cultura local..... **51**

4.2.1 Quintal Cultural Raízes Negras – encontro com os cirandeiros..... **52**

4.2.2 Quintal da Poesia - Mestra Judite..... **53**

4.2.3 Quintal do Mestre Zé Pequeno..... **54**

4.2.4 Quintal do Olho do Tempo: cantinho da memória..... **55**

4.2.5 Quintal Olho do Tempo: contação de histórias..... **55**

4.3 COMUNIDADE GRAMAME..... **56**

4.3.1 Lugares de memória do Gramame: identificação e mapeamento dos bens culturais..... **57**

4.3.1.1 As trilhas ecológicas e as caminhadas griôs no contexto da preservação dos bens culturais..... **61**

4.3.2 Lugares de memória do Gramame: identificação e mapeamento dos bens culturais..... **68**

4.4 COMUNIDADE MITUAÇU..... **75**

4.4.1 Registro da história de Mituaçu nos manuscritos de Maurício Francisco da Silva - “Mituaçu, Terra dos Quilombolas”..... **76**

4.4.2 Lugares de memória do Mituaçu: identificação e mapeamento dos bens culturais..... **77**

4.5 COMUNIDADE DO ENGENHO VELHO..... **82**

4.5.1 Branca Dias do Engenho Velho..... **90**

4.5.2 Lugares de memória: identificação e mapeamento dos bens culturais..... **98**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **104**

REFERÊNCIAS..... **107**

ÂPÊNDICE A – Mapa - Plotagem das comunidades do Vale do Gramame **111**

ÂPÊNDICE B – Relação nominal dos entrevistados..... **112**

ÂPÊNDICE C – Ficha de identificação dos bens culturais (imóveis e móveis) do Vale do Gramame – PB..... **113**

ANEXO A – CD contendo as transcrições das entrevistas dos moradores do Vale do Gramame **115**

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa são a identificação, a documentação e o mapeamento dos bens culturais das Comunidades do Vale do Gramame, tomando como recorte as Comunidades Engenho Velho, Gramame e Mituaçu[1]. Essas localidades caracterizam-se por apresentarem elementos que se constituem como referências culturais para os moradores da região. Colocando como questão central o registro e a preservação das informações acerca dos bens culturais e da memória do Vale do Gramame, nosso objeto de estudo é uma área temática no campo da preservação-conservação.

O Vale do Gramame encontra-se localizado às margens do rio Gramame, que marca a divisa entre os municípios de João Pessoa e Conde, na Paraíba. Tem, atualmente, oito comunidades em seus limites. Em princípios da colonização portuguesa, a área fora região de aldeamentos indígenas, entre os quais, a aldeia de Jacoca, que deu origem ao município de Conde. De acordo com Herckmans (1982, p. 44), “nesse distrito do Gramame, ao sul do rio e cerca de duas léguas da costa, existiam também duas belas aldeias chamadas Jacoca e Pindaúna”.

Embora até o Século XIX ainda houvesse aldeamentos missionários e engenhos, no final desse século, passou a contar com povoações cuja maioria era formada por negros, e cuja história remete às comunidades quilombolas que nele se estabeleceram, entre elas, a Comunidade de Mituaçu, no município do Conde. Remanescentes quilombolas, posseiros e agricultores foram consolidados e atuantes do Século XIX ao Século XX e se estabeleceram no Vale do Gramame.

Nesta pesquisa, o estudo está direcionado para as três comunidades mencionadas: a Comunidade do Engenho Velho e a de Gramame, na área rural de João Pessoa, e a Comunidade Remanescente Quilombola de Mituaçu, no município do Conde.

[1] As Comunidades de Gramame e Engenho Velho fazem parte do município de João Pessoa, enquanto a Comunidade Mituaçu encontra-se situada no município do Conde-PB.

Alguns aspectos definiram essa escolha, desde os bens culturais nelas existentes até as estratégias de preservação da cultura e das referências culturais locais, cujas atividades educativas são desenvolvidas por meio da fundação da Escola Viva Olho do Tempo, com a participação dos mestres da cultura e saber local. Nesse sentido, o conceito de referência cultural é base de compreensão das práticas sociais nas referidas comunidades.

No contexto apresentado, delineamos como objetivo geral mapear o patrimônio cultural do Vale do Gramame com a identificação dos moradores das comunidades e da Escola Viva Olhos do Tempo (EVOT), visando à preservação dos bens.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

a) Identificar o patrimônio cultural local reconhecido pela comunidade;
b) Identificar e mapear os lugares de memória das comunidades;
c) Coletar a base cartográfica da região;
d) Elaborar o mapa das referências culturais às comunidades.

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com moradores das comunidades, tomando como metodologia a história oral, a partir da qual os

depoimentos ajudam a elencar os elementos que ganham o caráter de referência cultural entre os moradores das Comunidades do Gramame, de Engenho Velho e Mituaçu. Assim, procuramos entrelaçar a memória individual e a memória coletiva. Para isso, recorremos aos testemunhos e às lembranças dos indivíduos.

Tomamos as fontes orais, provenientes dos depoimentos de moradores, como subsídio para compreender a história do lugar e os significados que são atribuídos aos bens culturais localizados na comunidade. A pesquisa bibliográfica possibilitou a sistematização de dados e de fontes com a identificação de periódicos, artigos, livros direcionados ao tema e, principalmente, dissertações e teses, que nos deram subsídios para este estudo.

Para compreender esse processo de preservação da memória, procuramos estabelecer confluências entre autores como Le Goff (2003), Jeudy (1990) e Halbwachs (2006), cujas elaborações teóricas sobre memória consubstanciaram nosso trabalho. Considerando que a preservação da memória faz parte da busca pela construção de uma identidade social, as memórias reveladas pelos mestres dessas comunidades constituem a história e a memória dos grupos ali estabelecidos.

Dentre os aspectos que devem ser destacados nesta pesquisa, salientamos as estratégias de preservação da memória coletiva e dos bens culturais adotados nas comunidades investigadas. A sistematização dos dados coletados e a elaboração de uma base cartográfica georreferenciada e informatizada dos bens culturais reconhecidos pelas comunidades são outro aspecto importante a ser destacado.

Para além dos saberes e das tradições, as Comunidades do Vale do Gramame aqui pontuadas apresentam, em seus limites geográficos, alguns lugares que, na memória de alguns moradores, são importantes para a memória local, a saber: as bicas, o Porto do rio, a ponte dos arcos, a igreja, as edificações, a estrada velha, as trilhas do Vale do Gramame, os Quintais Culturais e o Túnel de Branca Dias. Esses lugares de memória são relatados frequentemente pelos mestres dos saberes da tradição oral.

É nessa perspectiva que procuramos interligar os bens culturais com o patrimônio cultural do Vale do Gramame, tendo na noção de referência cultural a base para compreender os elementos que integram o conjunto de bens culturais das comunidades e que lhes confere diferentes práticas sociais. Assim, observamos os bens culturais do Vale do Gramame como elementos que participam da construção da identidade de um povo que sempre buscou entender as próprias raízes. Além

disso, este estudo tem como desdobramento a produção de um instrumento de informação acerca dos locais de referência cultural da comunidade, o que possibilita práticas preservacionistas mais eficientes.

Estudos sobre memória têm se destacado nas últimas décadas, especialmente no que se refere a grupos cujas histórias estão envoltas praticamente nas memórias individuais e que são repassadas pela tradição oral. Destaque-se a diversidade de pesquisas sobre patrimônio cultural e sua preservação, decorrente de um interesse cada vez maior tanto no âmbito acadêmico, quanto de órgãos institucionais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e os órgãos estaduais de cultura, cuja principal finalidade é de sistematizar dados, elaborar inventários e produzir conhecimento histórico acerca do patrimônio cultural brasileiro.

No que se refere ao objeto deste estudo - o envolvimento do mapeamento e a preservação dos bens culturais do Vale do Gramame - cabe ressaltar que poucos são os estudos sobre as comunidades pesquisadas - Gramame, Engenho Velho e Mituaçu - principalmente no que tange às pesquisas cujo foco seja a sistematização e a análise do seu patrimônio cultural e de suas referências culturais. Portanto, o acesso às fontes documentais e às produções bibliográficas a respeito dessas comunidades é cada vez mais difícil, por essa razão, é preciso recorrer aos relatos dos moradores para elaborar uma história das povoações elencadas na pesquisa.

Esta pesquisa sobre as Comunidades do Vale do Gramame decorre do interesse em identificar e mapear seus bens culturais e de analisar os elementos que constituem a história local em que pese a falta de documentação produzida sobre esses lugares.

Os lugares de memória, que são referências históricas e culturais, neste estudo, ocupam um lugar de destaque, posto que, a partir dessas referências elencadas através das memórias individuais, pudemos nos debruçar sobre os bens que constituem as comunidades selecionadas e que ajudam a consolidar sua identidade. As memórias individuais constituem, igualmente, importante fonte desta pesquisa. O trabalho ora apresentado visa, portanto, contribuir como fonte de informação e meio de disseminação de conhecimento sobre esses lugares, por vezes relegados à margem da história. Nesse sentido, pretendemos apontar a importância dos bens culturais localizadas nas três comunidades como caráter histórico e social.

Quanto à estrutura, esta dissertação compreende cinco capítulos: no capítulo 1, intitulado ‘Introdução’, apresentamos os motivos que justificam a pesquisa, o campo

onde se insere assim como os seus objetivos; no capítulo 2, procedemos a uma discussão teórica sobre memória, preservação e patrimônio, partindo de uma compreensão do social e do simbólico como elementos constitutivos das práticas sociais e a perspectiva de análise encontrada no processo de produção simbólica; o capítulo 3 apresenta o percurso metodológico da pesquisa e indica a metodologia e os instrumentos utilizados e de análise dos dados coletados. Assim, apresenta os critérios adotados para a seleção do estudo de caso que abrange a Comunidade do Gramame, a Comunidade Engenho Velho e a Comunidade Remanescente Quilombolas do Mituaçu. Estabelece os procedimentos metodológicos, os instrumentos de pesquisa utilizados e de analise dos dados, bem como os critérios empregados para a seleção dos entrevistados e a descrição das áreas de estudo.

No quarto capítulo, o foco foram os processos de formação das comunidades investigadas. Portanto, apresentamos, de forma introdutória, a história do Vale do Gramame e das comunidades pesquisadas com base na coleta dos dados.

Através de pesquisa bibliográfica, das observações de campo e das entrevistas, no capítulo subsequente, tratamos dos registros da história de Mituaçu extraídos dos manuscritos do Sr. Maurício, enfocando os seguintes aspectos: Mituaçu, terra dos quilombolas e famílias do período de 1800 a 1900 e lugares de memória do Mituaçu: identificação, mapeamento dos bens culturais. Por fim, nas considerações finais apresentamos os resultados encontrados através da pesquisa e algumas possibilidades de pesquisa futura.

2 MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: reflexão sobre os conceitos

Uma primeira acepção de memória remete diretamente à capacidade de armazenar informações, condição que tem o ser humano de reter os fatos e as experiências vivenciadas no passado. A memória, nesse sentido, está ligada à “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Nesse aspecto, podemos entender que a memória é uma entidade em constante mutação, por meio da qual se busca uma formação em construção histórica através de suas ações, tornando-se um instrumento de múltiplas expressões ou faces. Seu estado é de constante formação, porque seu fim último é a formação de identidades variadas.

Para Chauí (2005, p. 138), a palavra memória origina-se do grego "mnemis", ou do latim, "memoria". Em ambos os casos, significa conservação de uma lembrança. Trata-se de um termo presente e utilizado por várias ciências e absorvido pelas novas correntes historiográficas. Para os gregos, a memória estava recoberta de um halo de divindade, pois se referia à "deusa Mnemosyne, mãe das musas, que protegem as artes e a história".

De acordo com a autora, a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi e de salvá-lo da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais". Pode-se dizer que a memória é definida como uma evocação do passado e conserva na lembrança o que se foi, entrelaçando a memória individual e a coletiva, que são registradas nos documentos, nos relatos e nos produtos da sociedade, e os usos da memória, em especial, quanto à constituição de uma memória histórica e às relações de poder que a partir disso são instituídas e mantidas.

Reflexões dessa natureza têm atraído várias áreas do conhecimento humano neste século a se voltarem para os estudos da memória, como forma de salvaguardar ou de sensibilizar a busca e a construção identitária. Essa memória, em sua dimensão coletiva ou individual, pode ser representada e transmitida às novas gerações através de diferentes suportes como a voz, a música, as imagens, os objetos, os livros, entre outros. Para Le Goff (2003, p. 423), “a memória, portanto, representa a conservação

de informações individuais ou coletivas de determinados fatos, acontecimentos, situações, reelaborados constantemente”.

Constituindo-se como elemento fundamental para a formação da identidade cultural, individual e coletiva, essas memórias podem ser armazenadas nas instituições ou “lugares de memória”, no dizer de Nora (1993), e se caracterizam como um mecanismo de registros que se tornam depósitos de informações, conhecimentos e experiências.

> Esses lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa em uma história que a chama porque ela a ignora [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea (NORA, 1993, p.13).

O autor apresenta a categoria "Lugares de Memória" como resposta a essa necessidade de se identificar o indivíduo contemporâneo que pode ser observado em grupos, comportamentos e outros aspectos distintos, relacionado a um olhar além das fronteiras na busca de acessar a memória viva presente no dia a dia. Nora afirma que “os lugares de memória” são, antes de tudo, um misto de história e de memória. São momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, é preciso identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado ou ao presente. “O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre”. Para encontrar soluções referentes à memória que está ligada aos lugares como espaço, o autor afirma que "não se ter memória" é afirmar que, se não há uma memória espontânea e verdadeira, é possível acessar uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. A ideia é de que os lugares de memória fazem parte do sentido de se configurar o espaço como uma forma de concretizar a memória-história a fim de fazer ressurgirem ou reviverem as lembranças.

Nesses espaços, as formas de acessar a memória se dão a partir dos documentos armazenados, já que ela se cristaliza no traço, no vestígio, na materialidade do registro. Nora (1993) acrescenta que a constituição da memória é, de fato, a construção gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que é possível lembrar: estoques armazenados nas instituições-memória.

A preservação dessa memória é associada a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua custódia, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, ou seja, os “lugares de memória”, que conduzem às estratégias de preservação uma porta de entrada na longevidade dos suportes. No que se refere ao conceito de ‘lugar de memória’, a discussão foi aprofundada por Nora (2009) e Le Goff (2003). Nesta pesquisa, empregamos esse termo não para indicar espaços institucionalizados, mas os legitimados pelas comunidades analisadas. Mas essa memória é também seletiva, seja na dimensão individual ou coletiva. Lembramos apenas aquilo que queremos lembrar, o que torna a memória parcial, descontínua e vulnerável a manipulações.

Nessa mesma perspectiva, podem-se destacar as análises de Paul Ricouer, que concebe que, ao falar em memória, estamos nos remetendo à capacidade de lembrar o que foi, de algum modo, vivido. Segundo Ricoeur (2007, p. 1), “a lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado”.

Essas operações incluem o aspecto seletivo, que envolve o binômio lembrar e esquecer, em que a decisão sobre o que constituirá a memória é compreendida como uma disputa ou uma negociação entre grupos sociais, permeada por questões políticas e ideológicas por vezes antagônicas. Portanto, a memória está perpassada pelas relações de poder numa sociedade, principalmente quando se trata de construir as memórias de uma nação. Halbwachs (2006) analisa a constituição da memória individual e de uma memória coletiva, inserindo-as nas encruzilhadas dos tempos sociais e dos espaços em que se desenvolvem e em que essas duas memórias se interpenetram.

No que diz respeito à memória individual, Halbwachs (2006, p. 72) assevera:

> [...] Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, as pessoas precisam recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referencia que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e a ideias, que o individuo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

Halbwachs (2006, p. 97) ressalta, todavia, que as reminiscências trazidas à tona, as memórias individuais não correspondem ao passado tal como ele o viveu, mas como esse passado se apresenta em suas lembranças, pois “a lembrança é uma

reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo do presente".

Quanto à memória coletiva, também elaborada em um espaço-tempo específico, o autor indica que ela "contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas" (HALBWACHS, 2006, p. 33). Para Halbwachs (2006, p. 54), "nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos". Essa memória coletiva corresponde a um conjunto de lembranças socialmente construído e que transcende o indivíduo. Assim, toda memória é coletiva e está sujeita a mudanças constantes, visto que é rememorada em tempo e espaços distintos. Guarda, no entanto, alguns aspectos que, mesmo submetidos à dinâmica social, mantêm-se imutáveis pontos que podem ser observados em relatos individuais e que se entrecruzam na memória coletiva de um grupo.

Na perspectiva de Azevedo Netto (2007, p. 9), a memória deve ser compreendida, sobretudo, como o

> encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados.

Montenegro (1994) refere-se à memória e às suas alterações, face aos novos modos de vida do presente, que tem sido discutida e considerada em uma perspectiva histórica, marcada também pelo caráter livre, em que lembrar não é reviver, mas refazer e repensar, com ideias de hoje, as experiências do passado, com o senso de preservação para garantir que seja disseminada nas próximas gerações, levando em consideração sua cultura e identidade.

Do que foi discutido até o momento, pode-se inferir que todos nós construímos memória ao longo do tempo, através de acontecimentos do nosso cotidiano que podem ser evidenciados nas coisas que realizamos ou não. Muitas vezes, lembramo-nos de fatos que sequer vivenciamos, mas que foram importantes para a construção da memória de uma região, de um povo, como, por exemplo, os acontecimentos históricos e políticos, que construíram caminhos para a memória social e/ou coletiva. Somos atores sociais, ativos e indispensáveis à construção da memória individual, mas, sobretudo, da memória coletiva, que deve ser entendida em âmbito social e que está sujeita a transformações constantes.

É nesse campo que se justifica pensar em estratégias ou mecanismos de preservação, como forma de contribuir para minimizar as situações de esquecimento a que são submetidas as memórias de minorias, por exemplo, podendo chegar ao que Ricouer (2007, p. 111) denomina de “sepultamento da memória”.

2.1 O CAMPO DO PATRIMÔNIO E A PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

A primeira acepção da palavra patrimônio remete à herança paterna, a bens de família ou a complexos de bens, materiais ou não, direitos e tudo o mais que pertence a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.

O patrimônio cultural se caracteriza por sua riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, transmitidos de geração em geração e que se constituem na soma dos bens culturais de um povo. Para tanto, é necessário conservar a memória do que fomos e somos para conhecer e valorizar nossa identidade. A amplitude da expressão do patrimônio cultural nos leva a acreditar na importância de um indivíduo inserido em uma comunidade reconhecer o espaço em que vive, proporcionando esse reconhecimento como fora estabelecido pelos valores, a partir de suas memórias, como ambiente social cultural.

É sabido que as ações direcionadas ao patrimônio cultural, principalmente as políticas para a salvaguarda dos bens, teve origem na Revolução Francesa, quando se desenvolveu a necessidade de preservar os monumentos com o objetivo de que fossem inseridos na memória, para impedir o esquecimento dos feitos do passado. Claro que essas ações referentes à memória estabelecem um plano direcionado a uma política de conservação dos bens.

De acordo com Poulot (2009, p. 22), “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como a sociedade constrói seu patrimônio”, ou seja, está relacionada às concepções de patrimônio e aos critérios de definição do mesmo dentro de uma sociedade, especificamente, à condição de escolha desse patrimônio. Trazendo à tona o caso francês, Poulot (2009) afirma que, naquela sociedade, essa história confunde-se com sua história socioadministrativa. Ressalta, ainda, que o estatuto legal do patrimônio atua como “suporte para uma representação da civilização” (POULOT, 2009, p. 54) e na construção de identidades. Encarna a construção nacional e, no sentido legal, surgiu com as legislações nacionais do Século XIX, quando sua preservação se confundia com o dever patriótico.

Esse patrimônio, para Poulot (2009, p. 53), ”evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão ‘sensível’ das identidades pessoais e sociais”. O patrimônio considerado como monumento nacional é estabelecido por critérios estéticos ou históricos, que são caracterizados como obra ou objeto de arte, e tem por parte um significado da história. No decorrer da história do patrimônio cultural, observou-se, no que tange ao conceito, uma transformação no que diz respeito à cultura e às modificações na categoria patrimônio. Essa ambiguidade se deu através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no que se refere às políticas de proteção do que se convencionou chamar de patrimônio cultural.

No Brasil, a preservação do patrimônio é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937, com o intuito de proteger os bens representativos para a construção da identidade nacional. Após a promulgação legal, vários institutos, em nível estadual, também foram criados a fim de salvaguardar a memória e a identidade específica do seu povo. Essas discussões ajudaram a consolidar a formalização dos bens culturais como elemento de preservação da memória. Partindo da gênese da constituição legal das instituições responsáveis pela salvaguarda da memória, o IPHAN surgiu, na década de 30, com o intuito de resolver as questões referentes à identidade nacional, entretanto, a noção ainda estava assentada na perspectiva da pedra e da cal, conforme salientado por Fonseca (2000).

Com o decorrer dos anos, a noção de patrimônio cultural foi sendo cada vez mais ampliada. Na atualidade, ela configura-se como um marco legal brasileiro, principalmente com base na mudança de paradigmas sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, quais os valores, os interesses e os grupos sociais se reconhecem em determinados bens culturais. É importante ressaltar que os bens patrimoniais não somente arquitetônicos, mas também formados por outros elementos culturais que figuram em torno da Constituição Brasileira de 1988, Art. 216, que é considerado como patrimônio cultural brasileiro, que

> é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos,

> documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, Constituição 1988).

Em 4 de agosto de 2000, foi aprovado o Decreto n° 3.551, que estabeleceu o programa nacional do patrimônio imaterial (intangíveis) e instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial, ou seja, todo tipo de expressão, criação, saberes e fazeres que fazem referência à identidade, à ação e à memória dos grupos sociais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio cultural imaterial as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas – junto com os instrumentos, os objetos, os artefatos e os lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo Brasil. O discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado é interpretado como um fato destacado de uma civilização, que avançou como patrimônio, no conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas. Esses bens estão expressos nas paisagens, nas arquiteturas, na arte, nos documentos e nos sítios arqueológicos, reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos órgãos governamentais tanto na esfera local, quanto na estadual, na nacional ou na internacional. Mas, para além de “pedra e cal”, conforme estudado por Fonseca (2003), os bens imateriais, intangíveis também passaram a lugar de destaque no cenário nacional, e as manifestações culturais e os bens culturais imateriais, reconhecidos como constitutivos do patrimônio cultural da nação, considerados como testemunho significativo da cultura e imprescindíveis para a identidade cultural de um povo.

É importante ressaltar que, nessa conjuntura, a diversidade de objetos e de agentes históricos possibilita uma assimilação do patrimônio na corroboração da historicidade desses bens que, muitas vezes, não encontram uma materialidade considerada relevante e que, com o passar do tempo, adquire um significado cultural que responde às demandas históricas das comunidades que os guardam. Nesse sentido, vale destacar os deslocamentos conceituais observados nas últimas décadas do Século XX, quando passou a ser utilizado também o termo ‘bens culturais’ pela

amplitude em relação ao entendimento do que se configura como patrimônio cultural brasileiro:

> **Bem cultural**, em seu sentido amplo, compreende todo testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico. Os bens culturais podem ser divididos em três grandes categorias: **bens naturais** (patrimônio natural); bens materiais (patrimônio arqueológico, urbanístico, paisagístico, artístico e arquitetônico) e **bens imateriais** (patrimônio intelectual e emocional).
> Entende-se por **patrimônio cultural** toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Esse conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (SECMG, 2013, grifo nosso, http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368).

Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial apresentou a adoção dessa expressão pela UNESCO que, até então, não havia consagrado esse termo em seus discursos. Vale lembrar que o Brasil, em sua Carta Magna de 1988, já usava o termo patrimônio cultural de natureza imaterial. A definição de Patrimônio Cultural Imaterial, segundo a Convenção de 2003, é a seguinte:

> (...) Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as Comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas Comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.”

Considerando a redefinição de patrimônio cultural brasileiro expressa na Carta Magna de 1988 e o avanço e a ampliação nas pesquisas sobre esse patrimônio, principalmente no que tange aos bens intangíveis e à realização de inventários com vistas ao mapeamento das manifestações culturais, seu mapeamento e sua preservação, inclusive dos saberes ligados às tradições culturais, outro conceito é elaborado com vistas a dar conta da complexa teia de manifestações e saberes: o conceito de referência cultural.

Essa concepção ampliou a compreensão do termo ‘bens culturais’ e levantou o debate em torno de critérios de escolha desses bens, preconizado por Mário de Andrade, na década de 1930, e no Centro Nacional de Cultura Popular com, Aloísio Magalhães, na década de 1970. A noção de referencia cultural exige, segundo Fonseca (2000, p. 66), “dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remete à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças, hábitos etc.”.

Falar em referencia cultural significa tratar também dos sujeitos para os quais essas referências façam sentido, segundo Cecília Fonseca. Se um bem cultural é referência, constitui-se uma referência para quem? Destarte, importa destacar a noção de referencia cultural que é basilar nesse estudo, tomada de empréstimo ao IPHAN:

> *Referências* são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, *referências* são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p. 48, grifo do autor).

Essa noção inaugura um novo paradigma, no que se refere à compreensão de patrimônio cultural ao inserir os diretamente envolvidos com esse patrimônio na sua legitimação, ou seja, rompe com uma condição anterior em que a atribuição de sentidos e a definição do que seria patrimônio de um povo ou grupo social advinham de agentes específicos, e não, das comunidades onde existem bens culturais.

Fonseca (2000) argumenta que a ideia de referência cultural leva em consideração a relação dos bens com as pessoas, ou seja, os bens não têm um valor em si, mas se tornam referências para determinados grupos de acordo com os valores e os afetos que sujeitos particulares atribuem a eles. Destarte, há que se considerar a dimensão simbólica que permeia o conceito de referencia cultural, posto que a investigação, tomando como pressuposto essa noção, atua na identificação de elementos significativos à comunidade.

Assim, os sujeitos relacionam os diferentes bens culturais adquirindo não só a função de informantes, mas também de intérpretes do seu patrimônio cultural,

analisando e apreendendo suas próprias referências culturais como objeto de reflexão e traduzindo uma identificação coletiva a partir de percepções. Nesse aspecto, observa-se que os critérios para selecionar o que deve ser preservado, os valores e os interesses para a preservação desviam-se do eixo meramente técnico e passam a contar também com a contribuição dos grupos sociais envolvidos com os bens culturais. Assim, atribui-se uma dimensão social à identificação dos bens.

Quando se trata de preservar esses bens, entendidos a partir da noção de referência cultural, devem-se buscar

> formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em ultima instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas do "saber-fazer", como também do destino de sua própria cultura (FONSECA, 2000, p. 72).

Assim, pensar na proteção dos bens culturais e em políticas que visem a sua preservação significa pensar também no que as comunidades reconhecem como referências culturais, no interesse da própria comunidade que se compete decidir sobre sua destinação, no exercício pleno de sua autonomia e cidadania. Para assegurar esse direito, a comunidade precisa conhecer seu patrimônio e os meios de promover sua preservação. Suas características de lugares de memória e de manifestações culturais estão ligadas à identidade da comunidade, que só sobrevive graças a esforços especiais para reconhecê-lo e protegê-lo. Por isso, os bens culturais têm um significado amplo, que inclui os lugares de memória onde estão inseridos, proporcionando uma mudança importante na vida e na memória dos grupos.

Bouchard (2009) ressalta que, quando uma coletividade se percebe como nação, ela se apressa em estabelecer um território e tece marcadores de identidade e de memória. Através do estabelecimento de um quadro geral de pertencimento, busca em suas origens étnicas o que o autor chama de memória longa[2]. Essa ligação estaria relacionada à dificuldade diante da qual esses grupos se encontram, em uma espécie de ponto zero da historicidade - a de construir sua memória através de uma história curta. Entretanto, a construção da identidade de um grupo assim como as referências que o caracterizam estão relacionadas também ao espaço onde se

[2] Para Gérard Bouchard, a expressão memória longa "está ligada à necessidade de reproduzir, no novo local, o modelo da mãe pátria (sua língua, sua religião, seus valores), mantendo uma relação de filiação e reconhecendo, em relação a ela, um dever de fidelidade" (BOUCHARD, 2009, p. 9).

desenvolvem suas práticas sociais. Considerando que os estudos sobre a preservação do patrimônio passaram a introduzir a discussão em torno da paisagem cultural como integrante do conjunto do patrimônio cultural, as paisagens tornam-se, então, objeto de investigação sob a perspectiva da cultura analisando-se a relação com o elemento humano.

Conceito sobremaneira polissêmico, o termo paisagem pode ser compreendido "não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes" (MEINING, 2002, p. 35). Nesse sentido, pode-se inferir a complexidade do termo e sua duplicidade, considerando ser o espaço físico e simbólico com todos os significados que lhe podem ser atribuídos. Dentre os estudos sobre paisagem nessa perspectiva da geografia cultural, vale destacar os estudos de Cosgrove (2004, p. 101-108), que afirma que "todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem".

Essa dimensão cultural da paisagem é discutida por Azevedo Netto (2011, p. 13), ao analisar assim a interface entre espaço e informação:

> [...] no tocante à memória, o espaço torna-se um referente da historicidade dos grupos que por ali viveram ou passaram. Para a identidade, o espaço passa a ser um marco, um signo que leva o individuo e os grupos a produzirem aproximações e distinções, através das formas de uso, ocupação e significação do espaço.

Ainda na compreensão de Azevedo Netto (2011, p 15),

> a paisagem possui uma dualidade interessante, ao mesmo tempo tem grande proximidade com as noções de espaço e território, como uma distinção fundamental. Toda paisagem, para sua ocorrência necessita do substrato do espaço, sendo que esse tem uma amplitude maior que a primeira.

Essa compreensão da paisagem, em sua completude, conduziu à elaboração do conceito de paisagem cultural e da inserção desse conceito no âmbito do patrimônio, principalmente a partir da década de 1970, quando a UNESCO passou a adotá-lo.

Nessa compreensão sobre paisagem, Almeida (2007, p. 47) afirma:

> Paisagem Cultural surge no contexto nacional e estrangeiro para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada

> vez maior dos processos sociais e econômicos, e sua influência na descaracterização dos territórios.

A noção de paisagem cultural foi instituída pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, com a criação da Lista do Patrimônio Mundial. O conteúdo da lista relatava que todos os bens, inicialmente, poderiam ser inventariados e classificados de duas maneiras, com base no valor atribuído a eles: como patrimônio natural e como patrimônio cultural, evidenciando o antagonismo entre as categorias, numa concepção que refletia a preocupação bipartida com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: a preservação de sítios culturais e a conservação da natureza. O geógrafo Rafael Winter Ribeiro, que achou necessário criar uma nova categoria que integrasse a cultura da natureza, descreve essa ação da UNESCO (RIBEIRO, 2007, p. 41):

> Apesar da anterioridade das discussões sobre paisagem associada ao natural e ao belo, a discussão sobre a u de paisagem cultural como associação entre os aspectos culturais e naturais no Comitê do Patrimônio Mundial

No Brasil, a paisagem cultural, considerada como um bem patrimonial, é um dado recente. Esse conceito indica que é preciso compreender que determinadas dinâmicas sociais e culturais estão relacionadas diretamente à paisagem em que elas acontecem. Tal concepção é observada no documento que estabelece a chancela de que a Paisagem Cultura

Em 2009, o IPHAN publicou, no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, a Portaria 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece o conceito referente à chancela da Paisagem Cultural Brasileira – porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, na qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. A portaria detalha todos os passos do procedimento específico para declarar um bem como paisagem cultural brasileira. A chancela tem a finalidade de atender ao interesse público e contribuir para preservar o patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção já existentes, bem como conferir um selo de reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular."

Por isso, nesse momento de amadurecimento institucional, quando a chancela da paisagem cultural figura como instrumento atualizado de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação da ação do Iphan no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, trazemos ao conhecimento todas as reflexões e os convencimentos acerca da Paisagem Cultural Brasileira. Isso significa dizer que, ao considerar a "dimensão afetiva" no reconhecimento dessas paisagens, passou-se a considerar também as relações estabelecidas entre o homem e o meio, com o lugar de origem e da paisagem onde crescemos e estabelecemos os primeiros vínculos afetivos.

2.2 INFORMAÇÃO PATRIMONIAL: construção de um conceito instrumental

Partindo da premissa de que a informação patrimonial desempenha um papel ativo na construção e na ressignificação da memória e na relação entre a preservação do patrimônio e sua informação, Azevedo Netto (2008, p. 12) afirma que "o patrimônio cultural é de suma relevância [...], visto que a sua existência culmina num referencial de memória que é mediado pela disseminação da informação".

Segundo Fragoso (2008, p. 59), a informação patrimonial configura-se como

> o conjunto de informações próprias do patrimônio cultural, que nasceu a partir de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, ampliando uma concepção de patrimônio não mais centrada em monumentos, mas numa relação da sociedade com a sua cultura.

Essa relação entre informação e memória pode ser considerada, na medida em que determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. Assim, pode-se exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir em seu processo de representação, através da cultura material, expressa como documentos e monumentos (LEGOFF, 2003).

A identidade cultural de uma população se faz também através da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Esse patrimônio se caracteriza como uma fonte de informação, cujo objetivo é o de registrar os acontecimentos e as fases da história de um povo. A conscientização para preservar o patrimônio e implantar uma política de

preservação e conservação não se restringe aos órgãos públicos, mas também às comunidades. Cabe às instituições e aos membros das comunidades participarem da salvaguarda de seus bens, como forma eficaz de garantir a continuidade de projetos dessa natureza. Caso essa múltipla cumplicidade não seja respeitada, a destruição dos bens herdados das gerações passadas acarretará no rompimento da corrente do conhecimento.

Por meio do patrimônio cultural, é possível conscientizar os indivíduos, para que possam adquirir conhecimentos, compreender a história local, adequar esses conhecimentos à sua própria história e testemunhar que o fenômeno do lembrar também se efetiva por meio da reprodução e de conservação, pelo respeito aos vestígios. Esse respeito implica preservar como forma de garantir às futuras gerações a possibilidade de conhecerem a história e a vida dos seus antepassados.

Portanto, não se pode pensar em preservar senão no interesse da própria comunidade, que são os verdadeiros guardiões dos bens culturais, tendo em vista que eles mesmos os produziram. Então, compete à comunidade tomar decisões no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

A importância de preservar o patrimônio cultural dá continuidade ao elo entre o passado e o presente, pois, ao preservar esses bens, o indivíduo resgata o significado das memórias e, consequentemente, as referências simbólicas. Esse aspecto contribuirá para a construção de uma sociedade como tal, isto é, suas especificidades, formas únicas de convívio humano, ao mesmo tempo em que remete à humanidade como um todo.

Nossa discussão sobre o patrimônio cultural emerge nas contribuições e nas relações que podem ser estabelecidas a partir dos fundamentos da Ciência da Informação (CI). Para isso, utilizamos o conceito de campo apresentado por Bourdieu (2004, p. 20) e partimos do pressuposto de que o campo da CI se configura pelo “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem ou difundem” a Ciência da Informação.

Para Buckland (1997, 2009), a cultura material e, até mesmo, a performance podem ser consideradas documentos e, portanto, devem ser incluídas entre os objetos de estudo da Ciência da Informação. Para ele, se um documento pode ou não ser armazenado, é um interesse técnico e processual, mas não é o que define um documento. Para o autor, um documento

> é algo que nos ensina ou informa sobre alguma coisa. É evidente que o autor não rejeita concepções discordantes; para o autor, “com diferentes definições, podemos alcançar interessantes ideias”. Essa abordagem se concentra em torno da necessidade de ter um conhecimento de produção e de publicação sobre patrimônio cultural e a interconexão com a Ciência da informação (BUCKLAND, 2009, p. 86).

Dodebei (2011) discute a conceituação de documento a partir de vários teóricos e aponta algumas problemáticas, uma delas, a divisão do universo dos documentos em tangíveis e não tangíveis: “A dicotomia visa, primordialmente, explicar a existência do documento fora de sua materialidade, entendendo-se por tangibilidade não só a visibilidade, mas, sobretudo, a ação de registro material” (CAMPO, 1991, p. 2 apud DODEBEI, 2011, p. 2).

O autor citado conceitua o documento como tudo aquilo a que se atribui determinados significados e afirma:

> Existem documentos registrados nos mais diferentes suportes (o que dá origem ao conceito de bem cultural tangível), por outro lado existem também documentos que não se encontram registrados em suportes materiais e que nem por isso deixam de ser resultado de manifestações culturais significativas, tais como mitos de criação, lendas, superstições, músicas (bens culturais intangíveis) (O CAMPO, 1991, p. 2 apud DODEBEI, 2011, p. 2).

Esta investigação, oriunda da pesquisa de campo, estabelece um elo entre o pesquisador e a comunidade local e facilita a identificação e o mapeamento dos bens culturais, através do olhar do pesquisador, mas também dos indivíduos que estão inseridos nesses bens. Nesse contexto, a preservação tem um papel fundamental para a representação da memória cultural, pois, partindo da caracterização desses bens em determinado espaço e tempo, é possível permitir o acesso às informações: historicidade, crenças e valores simbólicos.

Dodebei (2001) testemunha que o fenômeno do lembrar também se efetiva por meio da reprodução e de conservação pelo respeito aos vestígios. Nesse contexto, respeitar significa preservar. Por outro lado, ao considerarmos os documentos como dispositivos de memória, retratos instantâneos das relações sociais, eles devem ser considerados como parte da herança cultural, no sentido mais amplo da expressão, pois são transmissores da cultura e uma época através dos anos. Esse reconhecimento determina o investimento de ações de salvaguarda dessa cultura

material, quaisquer que sejam as relações entre os itens selecionados (MENDES et. al., 2001, p. 11).

No rol de áreas, emerge a Ciência da Informação, que tem ampliado o interesse pelos estudos memorialísticos, como assinalam Oliveira e Rodrigues (2011) em seu estudo. Para essas autoras, no âmbito da Ciência da Informação (CI), há uma tendência majoritária em relacionar o binômio 'informação e memória', especificamente quando se considera a informação materializada nos vários suportes, sobretudo quando se apresentam relevantes para a memória social nos níveis local, regional ou nacional. Essa relevância é justificada pela possibilidade de se (re)construírem a memória e a formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação. Portanto, a memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente à manutenção da coletividade e para a identificação individual dos sujeitos. Nesse contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que, comumente, são denominados de "lugar de memória".

Procurando uma confluência entre o campo da Ciência da Informação e do patrimônio, retomamos Fonseca (2000, p. 72), ao afirmar que o trabalho com a noção de referências cultural "pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las". Mais que documentar, significa também elaborar dados e compreender a "ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico".

Considerando a noção de referências culturais basilar neste estudo, procuramos compreender o processo de instituição e significados atribuídos aos bens culturais locais, assim como o processo de identificação e de reconhecimento, legitimação das referências na comunidade. Com base nas informações colhidas, procedemos à sistematização dos dados e à elaboração de um mapa interpretativo das comunidades desenvolvido através de pesquisas realizadas em campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, abordamos os procedimentos metodológicos, a escolha dos instrumentos de pesquisa - entrevistas e fontes documentais e fotográficas - bem como o universo da pesquisa. Destacamos a metodologia utilizada para a coleta e a análise dos dados da pesquisa, com vistas a construir um conjunto de informações sistematizadas acerca do objeto de estudo ora apresentado.

Nesse sentido, a escolha por um caminho metodológico se deu em articulação com o escopo do estudo e com o arcabouço teórico já discutido. Como se trata de um estudo que tem a memória como eixo de análise e como fonte de informação, a metodologia adotada, necessariamente, articula-se com a perspectiva teórica subsidiária do estudo. Assim, podemos dizer que, como as memórias individuais e sociais são um instrumento de compreensão das práticas locais de convivência e de preservação dos bens culturais e de identificação das referencias culturais das comunidades, a o instrumento de pesquisa escolhido se justifica em função do objeto de estudo.

Para identificar as referências culturais das comunidades estudadas, procuramos apontar, aqui, aquilo que os indivíduos dessas comunidades consideram como marcos importantes, reconhecendo como tal, assim como procuramos identificar os significados contidos nos relatos pessoais dos entrevistados. Como já dito, a noção de referência que adotamos segue a perspectiva do IPHAN, cuja definição atende, em especial, à identificação e aos inventários dos bens culturais de natureza imaterial, mas que, em nosso atender, pode e deve ser estendida aos bens de natureza material, haja vista o pressuposto teórico de inserção dos atores sociais na definição dos bens culturais de determinada comunidade. A partir dessa perspectiva, conduzimos nosso estudo.

Enfatizamos, ainda, que nossa postura procurou se aproximar do uso dos “procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica, [valendo-se da] observação e [das] entrevistas” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 1-2), com um olhar acurado acerca das práticas sociais do grupo analisado, neste caso particular, os moradores da região investigada no Vale do Gramame.

3.1 METODOLOGIA

Inicialmente, recorremos à pesquisa bibliográfica, a fim de identificar e sistematizar informações já realizadas sobre a temática e sobre o objeto de estudo escolhido. Para realizar a pesquisa, foi necessário conhecer os lugares referenciados pela população. Para tanto, a inserção nas comunidades, pautada na pesquisa etnográfica, e as observações realizadas em torno dos bens culturais referendados nos depoimentos geraram dados importantes para a identificação e o mapeamento a que nos propusemos. Então, através das entrevistas com a população, colhemos informações importantes, tendo em vista a carência de documentos relacionados a essas comunidades.

Para dar embasamento às informações citadas pela comunidade, recorremos às inovações tecnológicas para garantir, com precisão, as coletas de informações em trabalho de campo, a saber: o aparelho GPS, sigla de "*Global Positioning System*", que significa sistema de posicionamento global, ou seja, um sistema de navegação por satélite que envia informações sobre a posição de algo, em qualquer horário e qualquer condição climática. Esse equipamento possibilitou mapear, com mais precisão e segurança, os artefatos encontrados. Esse sistema de coordenadas tem o objetivo de georreferenciar os bens culturais, ou seja, os pontos identificados que serão inseridos no mapa, conhecidos como pontos de controle, que foram construídos com recursos tecnológicos que nos garantiram, com precisão, a coleta das informações em campo, como o aparelho GPS, que capta sinais de satélites e asseguram a exata posição de cada ponto estabelecido por meio das coordenadas geográficas. Concluídos a identificação e o mapeamento dos bens, elaboramos um programa de software e de vetorização do georreferenciamento.

A pesquisa visa identificar e mapear os bens culturais do Vale do Gramame. A metodologia empregada para desenvolvê-la tem o objetivo de propor que se tomem as coisas encontradas no campo do mesmo modo como elas se apresentam, ao invés de assumir, imediatamente, o que significam, representam ou que estariam em função de algo mais.

Devido à complexidade de mapear e identificar os bens culturais das comunidades foi necessário construir uma ficha técnica, com o objetivo de obter informações e suas características e os significados das referências históricas, uma vez que o bem cultural é relativamente antigo. Da mesma forma, foram utilizados

alguns instrumentos, como, por exemplo, a documentação fotográfica; levantamento bibliográfico acerca dos tipos de bens culturais das comunidades; entrevistas, com roteiro previamente elaborado, com moradores para identificar as referências culturais; ficha técnica para identificar os bens culturais; e elaboração e levantamento das coordenadas georrefecenciadas.

Todas essas técnicas instrumentais ancoram-se num olhar acerca do Outro, característica fundante da pesquisa etnográfica, concebida como

> Num exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), [impondo] ao pesquisador [...] um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2).

De acordo com Lage (2009), a etnografia se consolidou como um instrumento de pesquisa e de narrativa para a Antropologia moderna [e com ampla utilização nas Ciências Sociais e Aplicadas, especificamente, na Ciência da Informação]. A discussão em torno da etnografia e das pesquisas etnográficas leva a uma reflexão sobre esse método de investigação. Rocha e Eckert (2009, p. 2) asseveram que

> o método etnográfico é composto por inúmeros procedimentos incluindo levantamento de dados de pesquisa probabilística e quantitativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia, etc.), a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana.

Nos aspectos estabelecidos pelo estudo de campo, realizamos um levantamento dos bens culturais de caráter simbólico, arquitetônico, identificado pela tipologia, pela época e pela historicidade. Com base nessas informações, buscamos identificar e mapear os bens culturais indicados pelos informantes das comunidades citadas. Por meio da identificação e do mapeamento, foi possível verificar o estado de conservação desses bens, cujo inventário constitui o foco deste estudo.

Para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2010, p. 20127), “inventariar” significa, entre outros, “descrever miudamente”; e “inventário”, a listagem, “relação de bens”.

É fundamental a interação dos conceitos entre o inventário e a composição de um novo paradigma de ações dentro de uma comunidade. Toda medida de proteção

referente ao patrimônio cultural está direcionada ao desempenho do respeito aos bens identificados e, consequentemente, registrados por meio de uma pesquisa.

Para alcançar os resultados obtidos nesta pesquisa, foi necessário elaborar uma ficha de identificação para preencher as informações de forma clara e objetiva. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas, onde há a descrição sucinta do bem cultural e informações básicas quanto a sua importância histórica, às características físicas, à delimitação, ao estado de conservação, ao proprietário etc. (MIRANDA, 2008).

Para iniciar os trabalhos, tomamos como ponto de partida as entrevistas com os moradores e a documentação fotográfica dos bens culturais e dos interlocutores. Com base nas informações do levantamento de campo, obtivemos novas informações sobre as características das edificações existentes, pois algumas edificações que se constituem como referências culturais, principalmente pelos sentidos e valores que as pessoas atribuem a eles, permitiram-nos enfatizar a importância de cada referência, seja simbólica, histórica ou religiosa.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para atingir os nossos objetivos, buscamos desenvolver a pesquisa na perspectiva descritiva e qualitativa. Esta última complementou nossas investigações, e seu ponto de partida foram os procedimentos adotados e, sobretudo, o conhecimento que construímos através dos dados obtidos. Todas as pesquisas têm suas características voltadas para a metodologia científica utilizada para abordar o problema, quanto à natureza dos objetos investigados, os métodos e os procedimentos de coleta e de análise dos dados no contexto da pesquisa.

A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (1991, p.42), é um processo formal e sistemático de desenvolvimento de método científico, cujo objetivo fundamental é de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, o que corrobora o pensamento de Marconi e Lakatos, 2007.

O autor refere que o objetivo principal da pesquisa descritiva é de descrever as características de determinada população ou de determinado fenômeno ou de estabelecer relação entre as variáveis. Uma de suas características mais expressivas é a coleta de dados por meio de questionamento e de observação, habitualmente desenvolvidas por pesquisadores preocupados com a atuação pratica. Nesse

aspecto, podemos afirmar que as pesquisas descritivas, de acordo com o autor, são estudos estruturados para medir as características descritivas, através da coleta de dados, que contempla as entrevistas e os questionários em sua estrutura.

Marconi e Lakatos (2007) afirmam que a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui como o caminho para se conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais. As autoras acrescentam que a finalidade da pesquisa é de descobrir respostas para as questões levantadas por meio de métodos científicos. Elas afirmam que a pesquisa parte de um problema, de uma interrogação, que suscita a busca por respondê-la, e as hipóteses levantadas podem ser confirmadas ou invalidadas. Baseia-se em uma teoria que funciona como ponto de partida para a investigação, pois é utilizada para conceituar os fatos observados e provados. Além disso, a pesquisa é um processo de sistematização, não apenas de confirmação ou reestruturação de dados já conhecidos, que exige comprovação e verificação (MARCONI e LAKATOS, 2007, p.15).

Este estudo se enquadra no paradigma da investigação qualitativa, a qual é desenvolvida no seio do paradigma interpretativo como conceitos ou proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação. Para enfatizar o trabalho de campo, recorremos a Bogdan & Biklen, para fortalecer os conceitos da pesquisa qualitativa.

Bogdan e Biklen (1994, p. 17) asseveram que a abordagem qualitativa é também denominada naturalista, “[...] porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas”, e em suas interações com o meio e os demais, onde constroem seus repertórios de significados.

Os autores afirmam que a investigação qualitativa surgiu de um campo inicialmente dominado por práticas de mensuração, elaboração de testes de hipóteses variáveis etc., da qual “[...] se alargou para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLE, p. 11).

3.3 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em três comunidades, no Complexo do Vale do Gramame, a saber: Gramame e Engenho Velho (Munícipio de João Pessoa – PB) e a Comunidade remanescente dos quilombolas do Mutuaçu (Município do Conde – PB). Cada Comunidade apresenta seus conceitos e suas manifestações culturais, expressa seus valores e transmite para as futuras gerações histórias e memória do seu povo, por meio da comunicação oral e de práticas socioculturais dos saberes gestuais, comportamentais e ritualísticos.

Em nosso estudo de pesquisa, buscamos um norteador nas manifestações culturais das comunidades com base em valores e conceitos culturais, enfatizando seus próprios significados e a construção identitaria.

Entre tantas definições existentes para a cultura, buscamos enfatizar os conceitos que mais nos aproximaram da nossa linha de pesquisa. Alguns autores como Damatta (1986) conceituam ou tratam a cultura como um conjunto de regras ou um sistema de símbolos e significados (GEERTZ, 1989). Para esse autor, a cultura é

> a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa (...), um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. É justamente porque compartilham parcelas importantes deste código (a cultura) que um com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte da mesma totalidade (DAMATTA,1986, p.123).

Geertz (1989, p. 103) define a cultura como um

> padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida.

Segundo Geertz (1989), a cultura é como uma teia de significados construída pelos próprios homens, e a Antropologia se apresenta como uma ciência interpretativa que está à procura desses significados. Para que essa análise seja possível, o objeto da etnografia deve ser “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, de tal modo que as diversas situações e relações sociais devam ser percebidas e interpretadas” (LAGE, 2009, p. 5). Nesse contexto**,** é fundamental que o objetivo da pesquisa estudada ou pesquisa de campo seja de encontrar um sistema que adeque

as manifestações aos pilares da sabedoria, que se edificam com o fazer, sua historicidade, seus mitos e ritos. Por isso, é importante observar todos os aspectos da cultura nativa e anotar o maior número possível de manifestações concretas do que é observado em um diário de campo (LAGE, 2009, p. 3).

3.4 UNIVERSO DA AMOSTRAGEM DA COLETA DE DADOS

O universo da amostragem da nossa pesquisa foi constituído pela população das três comunidades a que já nos referimos, onde foram realizadas as investigações e as coletas dos dados. No entanto, devido à abordagem de natureza descritiva, a amostra foi composta pelos moradores mais antigos das comunidades, dos quais entrevistamos quinze - seis homens e nove mulheres. Foi contabilizado cerca de 80% dos entrevistados com idade superior a 60 anos. No contexto da coleta dos dados, utilizamos os procedimentos de entrevistas individuais e em conjunto.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Na pesquisa de campo, utilizamos três instrumentos de coleta de dados especificamente: elaboração de uma ficha técnica para o inventário dos bens culturais; entrevistas com moradores das comunidades pesquisadas; trabalho de georreferenciamento dos bens culturais das comunidades.

Para a coleta dos dados, foi elaborada uma ficha própria (apêndice B) para identificar os bens culturais, baseada na ficha do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), que utilizamos como modelo para desenvolver a pesquisa. Considerando as informações que precisavam ser registradas, a ficha completou os dados de localização dos bens identificados e seu estado de conservação. O trabalho de campo também completou o registro fotográfico e a marcação de identificação da localização geográfica dos bens identificados inseridos nas comunidades. A interpretação dessas imagens georreferenciadas através das coordenadas coletadas com o GPS serviu de base cartográfica para a elaboração dos mapas.

No que se refere à entrevista como instrumento de coleta de dados, foi realizado um roteiro com perguntas abertas e fechadas, direcionadas à identificação e ao mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, de acordo com as informações obtidas através dos depoimentos dos entrevistados. O roteiro foi

estruturado da seguinte forma: a primeira consiste na elaboração das perguntas referentes aos tipos de bens culturais (móveis) das comunidades, e a segunda direcionada à busca do estudo dos bens imóveis, como norteador da pesquisa.

Assim, ao investigar os sujeitos, relacionamos os diferentes bens culturais, não apenas com a função de informar, mas também de escutar, interpretar e analisar o aprendizado nas entrelinhas das investigações entre o pesquisador e o Outro. Essa busca de escutar o Outro não é tarefa evidente. Exige um aprendizado a ser conquistado a cada saída de campo, a cada visita para a entrevista, a cada experiência de observação.

Diz-se, então, que a prática etnográfica permite interpretar o mundo social e aproximar o pesquisador do Outro “estranho”, tornando-o “familiar”, ou o inverso, estranhando o familiar, superando o pesquisador suas representações ingênuas agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado (DA MATTA, 1978; VELHO, 1978 apud ROCHA; ECKERT, 2008, p. 6). Todavia, essa investigação, oriunda da pesquisa de campo, estabelece um elo entre o pesquisador e a comunidade local e facilita a identificação e o mapeamento dos bens culturais, não só através do olhar do pesquisador, mas também dos indivíduos que estão inseridos nesses bens.

3.5.1 Ficha de identificação dos bens culturais

Para que se entenda bem mais a ficha elaborada, segue discriminação dos itens que fazem parte de sua estrutura:

Localidade: Quando existe alguma denominação local conhecida e usual, apontamos, nesse campo, o nome da região onde se insere o sítio.

Município: Município ao qual pertencem os bens culturais.

Nome dos bens culturais ou denominação: Trata-se da designação escolhida para identificar o nome pelo qual o bem cultural é conhecido pela população local o lugar.

Estimativa cronológica: Tem o objetivo de investigar o processo de avaliação do estágio de evolução de determinado objeto de estudo.

Tipo: Obedecendo à classificação e à categoria de identificação especificando a sua historicidade. Por exemplo: Tipo: Histórico: Engenho de Açúcar.

Coordenadas GPS - É um sistema de posicionamento geográfico que nos dá as coordenadas de um lugar na Terra, desde que tenhamos um receptor de sinais de GPS. Esse sistema (aparelho) capta sinais de satélites que assegura a exata posição de cada ponto estabelecido por meio das coordenadas geográficas.

Propriedade ou nome do proprietário: Preencher com o nome do proprietário para identificar a propriedade que está sendo pesquisada.

Comprovação da situação do espaço que está sendo pesquisado.

Estado de conservação: Diz respeito às características de deterioração no patrimônio e que podem se classificar como fatores ambientais, biológicos, intervenções impróprias e vandalismo.

Uso original: Escrever o uso original do bem.

Uso original: Escrever o uso original do bem

Situação e ambiente: Descrever a localização e as características dos bens móveis e imóveis identificados e apresentar as formas precisas no estudo histórico e crítico acerca do local.

Descrição dos bens culturais: Apresenta um breve histórico dos bens encontrados e objetiva identificar e explicitar o contexto e o conteúdo dos materiais identificados, com vista a facilitar a sua inteligibilidade e acessibilidade. A produção de descrições normalizadas é, por seu turno, condição para o estabelecimento de um sistema de informação.

Pesquisa histórica dos bens culturais: Descrever historicamente as comunidades e os conjuntos de bens que contam a história de uma geração através de sua arquitetura, de suas vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas e ferramentas.

Fototeca - Documentação fotográfica/fonte: Documentação fotográfica para registrar a situação e o estado de conservação dos bens, detalhando as características de sua estrutura; fixar nesse campo as fotografias relevantes. Podem ser antigas ou recentes e devem completar a fachada principal e os detalhes significativos, se houver.

3.5.2 Entrevistas

É fundamental o método aplicado durante o uso da coleta dos dados através das visitas realizadas nas comunidades escolhidas, com ênfase em seu planejamento.

No início, tentamos entender o comportamento dos sujeitos, com o objetivo de analisar a importância de se reconhecer sua cultura, tanto através de brincadeiras infantis, quanto de festas, cantigas e dos seus costumes.

Antes das entrevistas, tivemos o cuidado de explicar a cada entrevistado a importância da pesquisa, concomitantemente à solicitação de autorização para realizar as entrevistas. Depois dessa autorização, expusemos um roteiro de perguntas para que o entrevistado se familiarizasse. Mediante a dificuldade que alguns apresentavam, foi necessário reformular algumas perguntas. É necessário observar que os entrevistados ficavam um pouco apreensivos, mas, no decorrer da pesquisa, respondiam com segurança, até mesmo relatando suas experiências vivenciadas.

O objetivo das entrevistas foi de levar os entrevistados a refletirem sobre a questão básica que esta pesquisa se propõe a investigar: a vivência dos moradores. Procuramos deixá-los à vontade para descreverem suas experiências. Procurei aprofundar meus questionamentos sobre aqueles aspectos de sua fala mais relacionados aos objetivos da pesquisa. Como não houve hipótese prévia, foram considerados todos os temas apontados como significativos para as pessoas entrevistadas, tanto em termos de passado, quanto de presente e de futuro (afetos, crenças, valores, exemplos da vida cotidiana, conflitos etc.).

As entrevistas foram gravadas e duraram, aproximadamente, de 50 minutos. Foram realizadas no período de maio a novembro de 2013, nas três comunidades e em espaços diferenciados, onde o entrevistado, ou seja, o sujeito investigado, expõe suas experiências e suas memórias vivenciadas. Foi acordado e autorizado o registro fotográfico bem como o de áudio. A atitude do entrevistado arrolou-se pela colaboração. Nesse aspecto, o entrevistado lança os anseios de descobrir e de encontrar dentro de “si” as respostas indagadas.

É nesse contexto que Bogdan e Biklen (1994, p. 33) afirmam: “A entrevista é utilizado para escolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

Para desenvolver com mais propriedade nossa pesquisa, aplicamos a entrevista semiestruturada com os moradores das comunidades supracitadas, para tratar do assunto abordado, a partir do roteiro previamente estabelecido, formulado pelas questões que tinham como objetivo um raciocínio lógico. Logo, esse tipo de entrevista justifica-se por sua função propriamente dita, constituindo-se no

instrumento mais apropriado para a obtenção de dados em torno das repostas apresentadas pelos participantes.

Para Flick (2004, p. 89), esse tipo de entrevista está vinculado

> [...] à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma, situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

Em nosso estudo, procuramos elaborar um roteiro cujas perguntas nos direcionassem às referências dos bens culturais ali existentes. Baseando-nos em suas respostas, demos início à construção de sua identidade, possibilitando um caráter de intenção que permeia a relação entre o entrevistado e o entrevistador. Foram investigados, nas três comunidades, 25 sujeitos com idades acima de 60 anos de idade, tanto do sexo feminino quanto do masculino.

Todos os sujeitos entrevistados residiam nas comunidades citadas. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, conservando-se, na íntegra, o discurso oral, tal como foi emitido e processado, respeitando os trejeitos e os desvios gramaticais para preservar as expressões do entrevistado. Ressalte-se que as entrevistas foram autorizadas através de Termo de Autorização assinado pelos depoentes.

4 GRAMAME, ENGENHO VELHO E MITUAÇU: história, memória e patrimônio no Vale do Gramame

Neste capítulo, apresentamos, de forma introdutória, a história do Vale do Gramame e suas comunidades adjacentes com base nos dados coletados através das observações de campo e das entrevistas. Com base nas experiências vivenciadas, estudamos e analisamos os aspectos relacionados ao tema. Nosso objetivo foi de descrever a história das comunidades através dos depoimentos dos moradores que se encontram escondidos nas mentes dos depoentes. Para os entrevistados, relatar e interpretar a história do vale se tornou, em alguns momentos, nostalgia, pois o fato de se relembrar algum episódio que ocorreu em épocas passadas fez com que aguçasse a memória esquecida.

O espaço vivido pelo indivíduo, o lugar onde compartilha no seio familiar e social as relações, as crenças e os comportamentos são para ele “um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (HALBWACHS, 2006, p. 45). Assim, ruas, praças, morros, riachos, o clima, entre outros aspectos do lugar ajudam a construir e a reconstruir suas memórias. Halbwachs (2006, p. 58) afirma que “os grupos estão naturalmente ligados a um lugar é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações social”.

Nesse caso, podemos indicar como peculiar também a Comunidade do Vale do Gramame, onde as memórias e suas representações atuam no sentido de resgatar sua história local e sua construção, a partir das histórias dos sujeitos que nela vivem e viveram. Dialoga, nesse percurso, a compreensão de história que mantém nos indivíduos a necessidade de preservar consciência histórica, bem como a noção de identidade a partir da sobrevivência de aspectos da cultura que vêm sendo resgatados através das memórias de sua gente. Aspectos indissociáveis, memória, identidade e cultura se entrecruzam nas vivências cotidianas das comunidades pesquisadas.

As memórias são meios de acesso à história, que se impõem justamente por serem a base, o sustentáculo das identidades locais (BITTENCOURT, 2008, p. 169). Nesse sentido, as memórias evocadas sobre as comunidades pesquisadas nos relatos dos moradores trazem também elementos da identidade cultural e das práticas sociais ali gestadas e transmitidas entre as gerações.

Os estudos sobre memória individual e coletiva de uma comunidade, em especial, as Comunidades do Vale do Gramame, são interessantes objetos de

pesquisa, embora ainda pouco explorados. A memória de uma comunidade se encontra entre a fronteira do processo de expressar a vontade de ser compreendido. No pensar de um indivíduo, trata-se da imaginação vivida nos tempos passados ao lacrimejar o presente. Essas comunidades são consideradas os detentores dos fatos guardados, que são sobremaneira importantes para a história presente.

Falar de memória requer que se enxergue além do horizonte, onde os seus espaços e valores contribuem para se reconhecer sua identidade local. Essas expressões escondidas por trás das rugas são a soma de saberes e de experiências acumuladas. Chamar à memória é contemplar, em determinado espaço e tempo, a vitória de um indivíduo. Nesse aspecto, a interação com os moradores, como os anciãos e os jovens da localidade, enriquece ainda mais quando se investigam os fatos, promovendo a valorização dos lugares de memórias entre as gerações das comunidades e, ao mesmo tempo, favorecendo sua continuidade.

Nesse sentido, vale retomar Halbwachs (2006, p. 87), quando afirma:

> No final, tirando-se gravuras e livros, o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes.

Os lugares elencados como importantes para a comunidade, assim como as práticas que são destacadas nos depoimentos, através das estratégias de conservação das memórias e da história do lugar, recuperam vestígios que não estão registrados em livros ou não estão visíveis, mas que permanecem como aspectos da identidade da comunidade.

4.1 VALE DO GRAMAME: história e preservação da memória

O Vale do Gramame, localizado no litoral sul paraibano, tem seu povoamento relacionado, provavelmente, à conquista da Parahyba pelos portugueses e à criação da capitania, incluindo a fundação dos aldeamentos indígenas (missionários) de Jacoca e Pindauna. Essa região era o berço dos engenhos de produção de açúcar, e o Vale do Gramame esteve inserido no projeto colonizador português, consistindo, inclusive, em canal de interiorização.

Com aproximadamente 14 quilômetros de extensão, o Vale do Gramame está situado nas margens do rio Gramame, divisor natural dos municípios de João Pessoa e Conde. É constituído, atualmente, por oito comunidades e se tornou, ao longo dos anos, área de povoamento de agricultores rurais e da comunidade remanescente quilombola. Além de ser uma área onde houve a formação de comunidades quilombolas, a região do Vale e, neste estudo, as Comunidades selecionadas, o povoamento se consolidou também através da aquisição de terras e do estabelecimento de posseiros, principalmente a partir do Século XIX.

Sua história, basicamente, gira em torno do rio Gramame, da estrada velha e do Engenho Gramame. O rio Gramame guarda uma história contada pelos moradores das comunidades do complexo do Vale. Sua importância se devia à navegação e ao sustento das famílias. Houve um período em que esse rio era navegável. Afirmavam que suas águas eram limpas, cristalinas, serviam para o uso doméstico e de sobrevivência do povo, pois nele se podiam encontrar vários tipos de *peixe*, *como amoré*, bagre etc., além de camarão.

O rio Gramame localiza-se entre as latitudes 7º11' e 7º23' sul e as longitudes 34º48' e 35º10' oeste, no litoral do estado da Paraíba. A bacia do rio Gramame, que abastece em 70% a grande João Pessoa, tem uma área de 589,1 km² e sua nascente na região do Oratório, município de Pedras de Fogo, até a praia de Barra de Gramame, onde limita os municípios de João Pessoa e Conde. Seus principais cursos d’água, cujo principal rio é o Gramame, são os afluentes Mumbaba, na margem esquerda, e Água Boa, na margem direita, todos perenes. Outros afluentes importantes são: os rios Utinga, Pau Brasil, Riacho Pitanga, Riacho Ibura e Riacho Piabuçu, na margem direita; e Riacho Santa Cruz, Riacho da Quizada, Riacho do Bezerra, Riacho do Angelim, Riacho Botamonte e Rio Camaço, na margem esquerda (Revista do Instituto de Arqueologia e Geografia Pernambucano, 2014).

Figura 1 – Mapa do rio Gramame

Fonte: O autor, 2014

Figura 2 – Rio Gramame

Fonte: O autor, 2014

Hoje a realidade é outra, porquanto o rio Gramame pede socorro, implora para dar continuidade ao seu grande percurso e agrega em sua história o que ainda resta. Recebe, por dia, choque de poluição que, aos pouco, está matando-o. As águas que antes eram um porto seguro para as moradoras ribeirinhas agonizam por não terem mais forças para viver. Esse rio, que ainda é um divisor de várias comunidades, concentra-se na luta para salvar o velho amigo. Nas rodas, nas poesias, nas músicas e em outras atividades culturais, há um apelo para o resgate dessas águas que, um dia, brilharam como um dos rios mais poderosos da Paraíba.

Sobre isso, veja-se a poesia “Velho amigo”, composta por Dona Judite:

“Velho amigo”

Esse amigo já foi jovem um dia
Corria alegre, faceiro e radiante
Tão limpinho, sadio e sereno
Hoje, triste sem vida e sereno
No seu leito cheio de veneno.

Seu sofrimento PE gritante e verdadeiro
Já faz tempo que ele vive em desespero
Vendo a sua historia acabar num triste fim
O progresso como sempre impiedoso
Não ouve o seu grito lastimoso
Indiferente, o maltrata mesmo assim!

Um passado que era cheio de vida
De fartura e alegria ao ribeirinho
Um presente feio e desastroso
Na escuridão hoje segue o seu destino
Sua esperança vai ao pouco se esvaindo
O seu futuro é só medo e desatino...

Peço a atenção dos que aqui estão presentes

> A olhar esse pobre amigo penitente
> Abandonado, velhinho e muito triste
> Pedi ajuda, socorro e hoje agoniza
> Incapaz de alguma reação
> Em seu nome clamamos por justiça!.[3]

Vale salientar que nesse rio encontra-se ainda a “ponte dos arcos” símbolo das Comunidades ribeirinhas que antes era uma construção de madeira maciça, ou seja, “madeira pau ferro”, segundo os moradores pode ser vista alguns resquícios dessa engenhoca construção conhecida antigamente como “Ponte do Gramame”.

Sobre essa ponte, já enunciava Joffily (1977, p. 257), ao indicar a divisão administrativa da Cidade da Parahyba, em 1892: “O município e comarcas da capital tem mais a pequena povoação de Gramame junto à ponte sobre esse rio na estrada para a Villa do Conde o Jacoca”. Nessa conjuntura, pode-se observar outro símbolo mastigado pelo tempo que não apagou - a Estrada Velha e a Ponte dos Arcos. Sua história transcende o universo maravilhoso desse lugar bucólico que ligava a capital João Pessoa a Recife. Essa estrada antiga era de responsabilidade do Departamento Nacional de Estrada e Rodovia (DNER), que sempre cuidou tanto do processo de terraplanagem.

Sobre isso, relata a Senhora Ilza Peixoto dos Santos (Dona Nega):

> DNER Limpava os mato, cavava as valeta dum lado e de ôto, e tapava os buraco; a gente chamava tapa buraco, mas a estrada era boa, num era essa porqueira que tá hoje não; que quando chove, fica, que nem os ônibu deixa de passar aqui; o trânsito de lá num passa mai aqui; eles também num cuida mai da estrada. Agora o que tá mais precisando agora aqui só é essa estrada pra ajeitarem (informação verbal)[4].

Segundo Dr. Amaury Gouveia Falcone, um dos proprietários da Granja Falcone, a estrada velha ou estrada antiga contribuiu para a história da Paraíba:

> Há outra estrada de Recife quando nós chegamos, vimos um traçado bem antigo, já abandonado talvez 50 ou mais anos atrás, um traçado de estrada que era ainda mais, digamos, mas distante da atual [...] estrada atual Recife. A outra passava por ali é encontrava um lugar chamado Caxitu, na margem justamente da estrada [...] atual estrada de João Pessoa Recife. Essa estrada atual BR, paralelo ao traçado antigo ate ao localidade Caxitu [...] fica três km depois do rio desemboca no atual traçado [...] dali em diante não tinha outro traçado, era o traçado da BR 101 (informação verbal)[5].

---

[3] Poesia recitada na entrevista concedida por Judite Maria Palhano em 2013.
[4] Entrevista concedida por dona Nega em 2013.
[5] Entrevista concedida por Dr. Amaury Falcone em 2013.

A Ponte dos Arcos foi construída pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), em 1930, e terminou em 1934.

Figura 3 – Identificação da construção da Ponte

Fonte: O autor, 2014

Figura 4 – Identificação da construtora

Fonte: O autor, 2014

A primeira ponte era feita de madeira maciça, ou seja, “madeira pau ferro”, provavelmente pode ter sido construída pelos holandeses. Segundo os moradores, os seus antepassados sempre falavam dessa construção e, até hoje, alguns a chamam de ponte dos holandeses.

Figura 5 – Ponte do Gramame

Fonte: O autor, 2014

A respeito dessa ponte, assim falou o Senhor Zezinho:

> Meus fio trabalharam nessa ponte. Em 1930, foi quando foi construída, em 1930. Mas antes quando não tinha essa ponte, todo transporte daqui era feito em costa de animal, cavalo, carroça e embarcação que vinha té do rio Paraíba, Porto do Capim, todo o material daqui, plantio de abacaxi, Gramame era uma cultura muito grande de abacaxi, e era transportado no rio, pelo rio, vinha os barco, vinha até o rio de Gramame, que era um rio muito grande, como se fosse o rio Sanhoá, né? E agora, não, a mata cobriu, acabou. A poluição acabou tudo isso aí. (informação verbal)[6].

A ponte tem uma estrutura em alvenaria e ferro, com os parapeitos laterais ornamentados com balaústres, dos quais restam poucos em bom estado de conservação. Por ser muito estreita, só permite a passagem de um veículo por vez, por isso, caminhões maiores, eventualmente, raspam a parte superior de sustentação que equilibra a estrutura da ponte.

4.2 QUINTAIS CULTURAIS NO VALE DO GRAMAME: estratégias de preservação da memória e cultura local

Os quintais culturais do Vale do Gramame são lugares de memórias reconhecidos pela comunidade local, a maioria dos mestres da cultura oral. Foram implantados pela Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), devido à necessidade de aproximar os familiares das crianças e dos adolescentes atendidos por essa escola, com o intuito de transformar a cultura vivida por eles através do teatro, da música, da dança, das artes visuais e do trabalhado da escola como base do projeto político-pedagógico. O objetivo principal dos quintais culturais é de democratizar as diversas manifestações artísticas e culturais locais, integrando crianças, adolescentes e as famílias das comunidades estudadas, possibilitando a troca de saberes e de fazeres do Vale do Gramame.

Nessa perspectiva, elegeram-se os lugares como categoria de análise dos quintais, por entendê-los como espaço dos saberes e fazeres como referência das relações de lugares com o espaço cotidiano. Nesse espaço, reflete-se sobre a relação do nascimento das práticas direcionadas no dinamismo de nova geração, em que o

---

[6] Entrevista concedida por Sr. Zezinho em 2013.

espaço é uma referência cultural da transmissão de experiências dos mestres através da oralidade.

Os quintais culturais do Vale do Gramame são identificados e distribuídos em seis pontos de memória referenciados pelas comunidades: Quintal Cultural Raízes Negras - encontro com os cirandeiros; Quintal Cultural da Poesia - Mestra Judite; Quintal Cultural do Mestre Zé Pequeno; Quintal do Olho do Tempo - cantinho da memória; e Quintal Olho do Tempo - contação de histórias.

4.2.1 Quintal Cultural Raízes Negras - encontro com os cirandeiros.

O Quintal Cultural Raízes Negra – encontro com os cirandeiros - está situado na Comunidade do Mituaçu. Para os moradores, ele possibilita as experiências vivenciadas através da historia oral, da ciranda do coco, da dança, da música e do teatro para valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural que retrata a vida e o pensamento da população, expressa as percepções e o estado de espírito dos moradores, seus modos e costumes. Pode-se afirmar que o quintal é influenciado diretamente pelas relações que ocorrem nas festas comemorativas para o resgate de sua cultura.

Figura 6 - Encontro com os cirandeiros

Fonte: Acervo do autor

Fonte: Acervo do autor

4.2.2 Quintal Cultural da Poesia - Mestra Judite

O Quintal Cultural da poesia localiza-se na Comunidade Engenho Velho, onde Mestre Judite, principal escritora da comunidade, compartilha sua experiência com os jovens. A poesia, para ela, representa uma interação entre a criatividade e o diálogo com a arte. O objetivo dos encontros de poesia é de transmitir aos jovens o diálogo entre gerações de poeta, cuja perspectiva, inevitavelmente, trará uma visão histórica do presente, até aqueles que estão descobrindo a prática poética diretamente influenciada pela lógica globalizada.

Figura 7 – A magia da leitura com a Mestra Judite

Fonte: Acervo da EVOT

4.2.3 Quintal Cultural do Mestre Zé Pequeno

O Quintal Cultural do Mestre Zé Pequeno é um espaço onde se reúnem poetas, repentistas, cirandeiros e outros artistas da região. Engenho Velho Local, o lugar onde está situado, tornou-se o principal reduto dos artistas, devido ao aconchego do quintal. A casa de farinha é denominada de espaço cultural porque resgata a agricultura e a habilidade da técnica da feitura do produto obtida das raízes brutas que emergem da terra. Estende-se para a casa de farinha pertencente ao Mestre Zé Pequeno a cultura da confecção da farinha, para cuja produção os mais novos raspam e lavam a mandioca, e os mais velhos e mais resistentes ajudam nas atividades de produção. Nesse contexto, ressalta-se a importância da música ao redor das atividades rotineiras de trabalho. São canções que acompanham as atividades produtivas manuais agrícolas ou urbanas, coletivas ou individuais, que são representadas pelas canções de fiar, de quebrar pedra, de plantar e colher, de remar, de chamar o gado, apregoar etc. Portanto, são canções que exprimem a profunda ligação entre a arte e a vida.

Embaladas pela música, as pessoas desempenham com alegria as lidas diárias, sentem diminuir o peso do esforço físico e aumentar a produtividade, pois as canções podem acelerar o trabalho e dar-lhe um caráter rítmico e hipnótico. A música funciona como articuladora dos movimentos dos grupos que executam as tarefas coletivas.

Figura 8 – Casa de farinha

Fonte: Acervo da EVOT

4.2.4 Quintal do Olho do Tempo: cantinho da memória

Preservar a memória significa compreender as transformações pelas quais a cultura do Vale do Gramame passa. Com esse objetivo, a EVOT, desenvolve mais uma importante atividade, incluindo a contação de histórias infantis embaladas por músicas. É o espaço Cantinho da Memória, onde as crianças e os jovens podem estabelecer um elo que liga o passado ao presente e conhecer mais a história do Vale e a preservação da natureza, a fim de dar sentido aos conhecimentos amplos. O espaço Cantinho da Memória fica dentro da Escola Viva Olho do Tempo.

Figura 9 – Encontro dos alunos da EVOT: preservando a natureza

Fonte: Acervo da EVOT

4.2.5 Quintal Olho do Tempo: contação de histórias

Durante séculos, a arte de contar histórias foi cultivada por diversas comunidades ao redor do mundo e, ainda hoje, fascinam-nos os contos, as fábulas, as lendas e os causos de todos os povos. Cada cultura desenvolveu um jeito diferente de contar suas histórias de viagens por lugares exóticos, recheadas de personagens instigantes que povoam nosso imaginário e nos dão asas para voar pelo mundo, como as grandes histórias milenares. O contar e ouvir histórias remete a essa prática histórica da oralidade, que dá aos ouvintes uma oportunidade de desenvolver a imaginação, enriquecer o vocabulário e completar experiências. Essa é uma forma de

preservar suas crenças, sua história e suas tradições através da oralidade para as gerações futuras.

Na formação de uma criança, ouvir histórias é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho infinito de descobertas e compreensão do mundo. O contador trabalha a linguagem oral abrindo caminhos para que aprendamos a falar, a escrever, a ler e a pensar melhor.

Figura 10 – Histórias contadas pela Mestra D'Oci

Fonte: Acervo da EVOT

4.3 COMUNIDADE GRAMAME

Gramame está situada nas margens do rio Gramame, localizada na periferia de João Pessoa. A comunidade viveu momentos históricos e apresenta uma situação econômica e social privilegiada, com grande produção agrícola de alimentos que abasteciam João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Conde, Santa Rita e Recife.

Essa comunidade foi o subúrbio mais importante da cidade da Paraíba. Estabelecia uma ligação entre as capitais João Pessoa e Recife e ostentava sua riqueza natural. Com a construção da rodovia (BR 101), as comunidades entraram em decadência, devido à diminuição do fluxo de carro e do transporte das produções que eles cultivavam.

Essa assertiva se confirma no relato do Sr. José Carlos da Silva (Zezinho):

> [...] era por isso que Gramame era conhecido como quase uma cidade porque de tudo tinha. Nóis não tinha era o previlejo de ter água saneada como temo hoje. E a vida da gente era essa, aqui em Gramame. Transporte, também, era no sábado e no domingo. Depois de muito tempo, foi qui passou a ter três veze por dia, mas não tinha essas vantaje,. [...] em modo geral, Gramame, hoje... pra gente que é filho natural, não contamo essas vantage porque a gente tinha tudo. Tudo nóis tinha, tudo nós tinha muito em Gramame. Do pêxe à pesca, era uma riqueza, os banho de rio, era tudo bom. Hoje, nada mai existe. Gramame é terceiro bairro da Capital, e pouca gente conhece isso (informação verbal)[7].

Os nativos enveredaram-se à procura de outras atividades, deixou a agricultura que era o forte, em busca de novos empregos nas fábricas que estavam sendo montadas na região e se expandia ferozmente. E como acontece frequentemente em nossa realidade, os moradores foram esquecidos e deixaram ao esquecimento sua cultura e seus costumes.

4.3.1 A escola viva olho do tempo: preservando os bens culturais do Vale do Gramame

A Escola Viva Olho do Tempo foi fundada em 16 de abril de 1998. Sua história foi escrita com a chegada de Maria dos Anjos Gomes – mestra D´Oci – que nasceu em Salvador/Bahia, mas se tornou a paraibana “Mulher Macha” e se instalou na Comunidade do Gramame, com o propósito de passar os seus conhecimentos. Ao construir o espaço, deu início ao seu projeto de vida, cujo objetivo era de desenvolver atividades relacionadas a estudos e discussão como Educação em geral, Filosofia, Psicologia, Preservação Ambiental etc.

[7] Entrevista concedida por Sr. Zezinho em 2013.

Figura 11 – Escola Viva Olho do Tempo

Fonte: O autor, 2014

É uma instituição sem fins lucrativos, que não tem direcionamento político-partidário nem religioso. Nesse espaço, realizam-se programas e projetos embasados na formação e na capacitação do ser humano, a partir de seus sonhos, ou seja, de seus ideais de vida através de suas ações. Sua missão é de oferecer instrumentos aos moradores das Comunidades de Gramame, Engenho Velho, Mituaçu, entre outras (Vale do Gramame), para que realizem seus sonhos de aprendizado empírico e profissionalizante, com o fim de melhorar sua vida por meio de ações compartilhadas, que fortalecem o ser humano em sua caminhada de autoconhecimento e consequente descoberta e aplicação de suas potencialidades.

O organograma da figura abaixo mostra, de maneira esquemática, a abordagem das atividades e as ações de atuação para estudos em pesquisa na área do planejamento e da gestão ambiental na Escola Viva Olho do Tempo, que aumentaram devido às necessidades das comunidades atendidas, onde a parceria e a colaboração de parceiros objetivam promover o “saber e fazer a diferença” de forma positiva para o desenvolvimento da sustentabilidade de um sonho a ser concretizado através da cumplicidade em conjunto.

Figura 12 – Organograma das Atividades da EVOT

Essa escola desempenha um papel importante na transmissão do conhecimento sobre a preservação do patrimônio cultural, porquanto compartilha a arte do saber e a relação na escola. Mestra D´Oci formou uma equipe para iniciar os projetos que estavam em sua mente. Um dos pensamentos era o de resgatar a cultura local que estava esquecida devido a vários problemas pelos quais a comunidade vinha passando ao longo do tempo.

Nesse contexto de reconhecimento e de valorização da cultura local, a escola desenvolve, junto com os mestres e os griôs da Comunidade do Vale do Gramame, as vivências dos saberes e dos fazeres. Atualmente, os cirandeiros, a poetisa Judite Palhano, o mestre de quadrilha junina Marcos, o mestre mateiro Zé Pequeno e a Mestra D'oci são mestres e mestras griôs que continuam a atuar nas comunidades do Vale.

Podemos, então, observar o objetivo maior nas práticas pedagógicas vivenciadas com os educandos e os mestres que atuam como mediadores do

conhecimento, que unem o lúdico e o formal e proporcionam o reconhecimento e a apropriação da cultura local, Assim, passaram a ser uma referência para as crianças, os jovens e os adultos moradores das comunidades. Contudo, a história dessas comunidades vem sendo recontada e transmitida pelos mestres dos saberes da tradição oral, que atuam como detentores legítimos da memória e do saber local.

Figura 13 – Mestres dos saberes

Fonte: Acervo da EVOT

As ações da EVOT, sejam voltadas para a comunidade ou para o público escolar, primam pela participação e pelo encantamento social, para valorizar a expressão da palavra, dos afetos, da memória, da história, das cantigas, das danças e dos rituais de tradição oral (PACHECO, 2006). Os cirandeiros do Vale do Gramame e da Comunidade de Engenho Velho cantam o Vale através de suas cirandas e cocos, levando essas histórias para as várias comunidades e os eventos que acontecem em várias cidades da Paraíba.

> Chegou os cirandeiros do Vale do Gramame
> Trazendo a alegria de Engenho Velho
> Nós somos a força de Gramame
> E o cantar é de Mituaçu.[8]
>
> Engenho Velho tem o Poço dos Cavalos
> Que corre água direto para o Paul

[8] Música cantada em ciranda e cocos pelos cirandeiros do Vale do Gramame.

Ao lado dele tem uma pedreira
Uma riqueza que Branca Dias deixou.[9]

Como suporte para desenvolver as atividades através dos mestres, a EVOT vem construindo espaços onde os mestres partilham suas histórias, seus saberes e fazeres. Também dispõe de um museu comunitário, do cantinho da memória e de salas para o desenvolvimento das atividades fora dos seus muros - salas de aula da escola formal, praças e outros espaços comunitários. As vivências acontecem também no quintal dos mestres, que acolhem a comunidade e os visitantes que se integram à sua brincadeira.

Como foi citado, a Escola Viva Olho do tempo (EVOT) desenvolve programas e projetos de educação, cultura e meio ambiente, com ações compartilhadas, visando ao crescimento pessoal e comunitário através do diálogo permanente, da construção coletiva e da convivência entre gerações. As ações envolvem cursos, encontros de formação, oficinas, seminários, parcerias, articulações, mostras culturais, trilhas ecológicas, vivências com os griôs e o mestre de tradição oral, sempre com a participação da comunidade. É com base na Pedagogia Griô que desenvolve suas ações e projetos, por entendê-los como um processo de Educação Patrimonial, tendo em vista que estão pautados na valorização das culturas e das identidades locais da região do Vale do Gramame. Essas perspectivas relacionadas ao desenvolvimento educacional correspondem a várias atividades diversificadas e desempenham um papel importante como elemento constitutivo da comunidade que entendem como educação patrimonial a necessidade de preservar a área que habitam.

Historicamente, a educação patrimonial surgiu através de um “olhar” que determina os bens ambientais constituídos de paisagens naturais. Nesse aspecto, a relação estabelecida entre a Escola e a Comunidade desperta a consciência de que a preservação dos recursos naturais é fundamental para as gerações futuras.

4.3.1.1 As trilhas ecológicas e as caminhadas griôs no contexto da preservação dos bens culturais

As trilhas são os principais meios para se conhecer o universo da natureza, as belas paisagens e os lugares de memória, com o objetivo de informar e conscientizar

[9] Música cantada em ciranda de cocos pelos cirandeiros do Vale do Gramame.

as pessoas sobre a preservação do patrimônio, através de vários instrumentos pegadiços, com os quais se promovem ações voltadas para a preservação do ambiente no programa do ecoturista. A principal função das trilhas é de suprir a necessidade de deslocamentos que surgem como um novo meio de contato entre a natureza e os participantes.

Segundo Andrade (2005, p. 57), “uma trilha bem planejada promove momentos de mudanças de valores, princípio básico da educação ambiental”. As trilhas, normalmente, promovem um encontro opcional entre os indivíduos ou grupos que possam desfrutar de vários aspectos relacionados à natureza. Quando uma trilha é bem elaborada, desempenha um papel importante no ambiente, pois podem se transformar em salas de aula ao ar livre, onde as pessoas possam descobrir o comportamento da natureza. Através dessa experiência, podem aprender de forma diferente e, sobretudo, estimular a preservação ambiental.

Machado (2005) assevera que a trilha ecológica propicia uma experiência enriquecedora ao visitante, porquanto com elas, é possível ordenar as atividades, planejar, instalar e manter as trilhas interpretativas, cujas premissas são trilhas óbvias, que não favoreçam aventuras desnecessárias, mas que sejam o caminho mais fácil a ser percorrido e mais conveniente para ser explorado.

Percebemos que, além do uso ecológico, a trilha desempenha um papel sobremaneira importante para o enriquecimento das informações sobre os lugares de memória e os bens materiais distribuídos ao longo dos hectares com 438 metros de comprimento. No percurso da trilha, podem-se encontrar espécies endógenas como aroeira mansa (*schinus terebinthifolius*), cajueiro (*anacardium occidentale*), imbira (*eschweilera ovata*), murici da mata (*byrsonima sericea*), coqueiro (*cocos nucifera*) e espécies exógenas que se adaptaram ao solo e ao clima, como bananeira (*musa sp.*), abacateiro (*persea americana*), mangueira (*mangifera sp*.) e jenipapo (*genipa americana*).

No aspecto do patrimônio natural, a trilha ecológica é uma área que apresenta várias características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Como já referimos, uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar reações da dinâmica da natureza em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio pode apresentar beleza cênica ou ser fundamental para o desenvolvimento de

processos naturais na reprodução de microrganismos que servem de base da cadeia alimentar.

As trilhas ecológicas rurais e as caminhadas griôs são importantes atividades do calendário da escola das quais participam jovens das próprias comunidades e têm como objetivo explorar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural das comunidades locais, promovendo uma consciência de preservação ambiental, bem como a valorização da cultura local através do contato com os mestres detentores dos saberes e fazeres de tradição oral da região.

O objetivo é de contribuir para que os visitantes interajam com a realidade das comunidades, onde a cultura local se mostra nas pessoas e em seu jeito ser, de se manifestar e de expressar sua arte, sua dança, sua culinária, seus saberes e fazeres, estabelecendo um compartilhamento das diferentes realidades. Esse contato possibilita evidenciar não só a Paraíba, mas também o Brasil, que se revela em sua identidade e ancestralidade através dos seus mitos, lendas, festas, arte, trabalho e ciências. As práticas de turismo de base comunitária já se aplicam em várias localidades do Brasil, com bom desempenho e com melhorias visíveis nas comunidades onde são realizadas essas atividades, o que traz novas perspectivas de vida, no que diz respeito à busca do conhecimento, ao fortalecimento da autoestima e à participação efetiva em projetos.

Inseridos no contexto de preservação do patrimônio ambiental e cultural, através de projetos desenvolvidos, visando ao fortalecimento das tradições locais através dos mestres de tradição oral, tem-se procurado atuar de forma a estabelecer meios de preservar a memória local e as trajetórias das comunidades ao longo do tempo. Assim, têm sido desenvolvidas com a população dessas comunidades atividades voltadas para a preservação ambiental, o turismo rural, a sustentabilidade e outras ações cujo foco é o fortalecimento da identidade cultural com a promoção de atividades que valorizam a tradição e os saberes locais. Por se tratar de comunidades rurais com grande potencial para realizar as trilhas ecológicas rurais e as caminhadas griôs para preservar os bens culturais está dividido em oito modalidades:

a) Trilhas educativas: Constituem-se de atividades permanentes, percorrem as Comunidades rurais de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu, através de vivências com os mestres da cultura popular, ocupando quintais, valorizando os saberes e

fazeres dessas localidades e promovendo a troca na perspectiva da educação patrimonial e ambiental.

Figura 14 – Trilhas educativas:

Fonte: Acervo da EVOT

Outro ponto importante são as histórias e a riqueza dos caminhos do Vale do Gramame. Andando por esses caminhos, é possível entrar em contato com a fauna, a flora, as histórias, os mitos e as lendas e interagir com os moradores da comunidade, com os mestres e os griôs, com seus saberes e fazeres. As trilhas educativas propõem roteiros para uma vivência pedagógica, através da qual os participantes podem conhecer e se encantar com a cultura que pulsa na zona rural da cidade de João Pessoa.

b) Trilha Olho d'água ou Olho do Tempo: As atividades realizadas nessas trilhas pré-estabelece um critério na Escola Viva Olho do Tempo, com vivências de cirandas e cantigas, através dos educadores da escola, que conduzem a roda com a dança embalada pelas cirandas dos mestres cirandeiros e pelas cantigas locais. A contação de história, as lendas e os mitos do Vale do Gramame são contados e interpretados pelos moradores e mestres de tradição oral, com o intuito de encantar o visitante e despertar-lhes a curiosidade.

Figura 15 – Trilha Olho d'água ou Olho do Tempo

Fonte: Acervo da EVOT

c) Trilha ecológica: São vivências ambientais, guiadas por um condutor que interpreta o contexto do ambiente, com informações e vivências sobre a flora e a fauna locais. Para finalizar, é realizada uma vivência em roda para se construir um objeto com material reciclável, orientados por um/a educador/a. Essa oficina promove o despertar de uma consciência ambiental que cuida da natureza e de si mesmo como parte desse todo.

Figura 16 – Trilha ecológica

Fonte: Acervo da EVOT

d) Trilhas do Quilombo Mituaçu: são vivências guiadas por um condutor, em que há uma interação entre os participantes e, em todos os quintais, é oferecido um leque de atrações, desde a ciranda até as cantigas locais embaladas pelos mestres cirandeiros. É nessa trilha em que há o encontro com o rio Jacoca, embebedado pela contação de mitos e de histórias do próprio rio. Há, também, a prática da pescaria, em que é transmitido o conhecimento da pescaria artesanal e ecológica. Contudo, essa atividade tem um objetivo: o de conhecer os tipos de peixe.

Outra atividade interessante é a participação do Mestre Zé pequeno, um senhor simples, porem detentor do saber das ervas e das plantas medicinais.

e) Trilhas contemplativas: Simples em sua ruralidade, o Vale do Gramame se mostra na exuberância do seu verde nativo, do seu contexto histórico cultural, compondo uma paisagem cujas trilhas são como portais que nos transportam para uma nova visão da cidade, num satisfatório contraste, em que o urbano e o rural são bons vizinhos. A distância que separa o Vale do Gramame do centro da capital é de apenas 18 km. Contudo, ainda é um lugar pouco conhecido até mesmo dos moradores da cidade.

f) Caminhada ecológica dos agricultores do Vale do Gramame (caminhada de são José): Realizada no mês de março, com um percurso de 08 km, essa caminhada é conduzida por um cortejo de carroças, ornamentadas com a beleza das flores do Vale para o santo padroeiro das comunidades. Cada carroça leva o santo representante de sua comunidade, e a caminhada passa por quatro das sete Comunidades do Vale do Gramame, agregando caminhantes ao longo do percurso, com canções e mensagens de paz e em defesa do meio ambiente. O percurso é concluído na Ponte dos Arcos, onde acontece uma celebração cultural.

Figura 17 – Caminhada ecologica dos agricultores do vale do gramame (caminhada de São José).

Fonte: Acervo da EVOT

g) Caminhada Griô no Vale do Gramame: Rico em cultura popular, o Vale do Gramame explora, de forma positiva, todo esse potencial, juntando os aspectos culturais com os ambientais para realizar práticas voltadas para a troca dos saberes e fazeres dos mestres de tradição oral. As trilhas e as caminhadas griô juntam o saber popular, advindo do meio natural e interpretado pelos mestres e pelos moradores, o que conduz o visitante a se encantar com a expressão do povo, a diferença da localidade e todo o seu contexto.

h) Trilhas e caminhadas griô: Acontecem de forma a contemplar os quintais, os espaços da comunidade que visem valorizar as memórias da própria comunidade, e o grupo visitante terá um ponto de acolhida, nesse caso, os quintais da poetisa Judite e do cirandeiro João da Penha. Nesses quintais, vivenciam-se poesia, cantigas e cirandas.

4.3.2 Lugares de memória do Gramame: identificação e mapeamento dos bens culturais

Com base nas informações dos moradores, foi construído o perfil das referências culturais por eles escolhidas e, consequentemente, o que mais representava como conjuntos de bens que eram conhecidas como referências culturais. Esse conjunto é sobremaneira relevante para a comunidade como forma de reconhecimento.

A pesquisa de campo para identificar e mapear os bens culturais foi dividida em duas etapas. A primeira se refere à Comunidade do Gramame (Vila do Gramame), cujas referências culturais são a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antenor Navarro, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Granja Falcone, a Escola Viva Olho do Tempo e o Engenho Ponta do Gramame. Esses bens culturais, indicados pelos moradores, inclui o conjunto de bens existentes no Engenho, localizado na Granja Eleonora Falcone. Para se cumprirem todas as etapas, consultamos as pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais acerca dos bens estudados.

Figura 18 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento

Fonte: Google Earth, 2014

Figura 19 – Mapa dos bens culturais identificados da comunidade do Gramame

Fonte: O autor, 2014

A segunda parte contém a Granja Eleonora Falcone, onde estão identificados e mapeados os bens em ruínas do Engenho Ponta do Gramame.

Figura 20 – Esboço das ruínas do Engenho Ponta do Gramame.

Casa do Administrador
1- Entrada; 2 – Quarto; 3 - Sala de Jantar; 4 - Quarto 5 - Quarto; 6 - Cozinha; 7 - Corredor

Planta baixa do Engenho
1 - Banco de Melaço; 2 - Esfriadeira; 3 - Bica; 4 - Tacho; 5 - Chaminé; 6 - Bica; 7 Cocho; 8 - Desce; 9 - Motor a diesel "DEUTZ" de 12 HP

Casa de Farinha:
1- Trituração; 2 - Tacho; 3 - Chaminé; 4 -Prensa; 5 - Descascamento; 6 - Área livre; 7 - Descascadeira de raízes; 8 - Saída; 9 - Saída; 10 - Saída
Cocheira:
1 Cocho; 2 Espaço central da cocheira; **3** Porteira

Em relação às visitas nas ruínas do engenho, certificamos que o patrimônio não podia ser estudado com precisão devido ao estado em que se encontrava. A relação do engenho com a natureza é indissociável ao conjunto arquitetônico existente naquele local. Em nossa pesquisa documental, observamos que não foram encontrados registros documentais sobre a história do "Engenho Ponta do Gramame". As informações foram obtidas através dos depoimentos da família Falcone. Isso também foi apontado por Amaury Gouveia Falcone, que afirmou que essa área foi gradativamente povoada por posseiros e agricultores, não tinha uma densidade de exploração e, antes do povoamento, pertenceu a diversos grandes proprietários, inclusive como a família Raul Sá, Érico Rangel, entre outros (informação verbal)[10].

[10] Entrevista concedida por Amaury Falcone em 2013.

.

> Em 1931, Sr. Roque Falcone compra o Engenho Ponta do Gramame que pertencia ao Dr. Sabiniano do Rego Maia um politico de renome nacional, sem a aprovação do seu sogro. Segundo as informações obtidas esse engenho teve outro proprietário o Sr. Pompeu Emilio Pedrosa. Segundo Dr. Amaury Falcone quando seu pai comprou o engenho começava nas mediações da "Lagoinha" logo no inicio da ladeira e termina na antiga ponte do Gramame (Ponte dos Arcos) (informação verbal)[11].

O engenho produzia dois tipos de aguardente de cana, conhecidas como "aguardente ressaca", qualidade por excelência, e "aguardente alegria", mais popular, ou seja, de segunda qualidade e rapaduras que abasteciam o mercado da região.

> [...] fabricava rapadura e fabricava aguardente de cana, tinha duas marcas de aguardente, uma era top de linha... aguardente ressaca chamava [...] sombria, um rotulo laranja bem original porque distinguia dos outros [...] era uma moça com a sobrinha não sei como ele conseguiu aquilo, aquela figura trabalho anos e anos nos fomos praticamente criados e educados por conta dessa aguardente e dessa rapadura que ele produzia [....] sim, chamava-se Alegria, Alegria é uma, uma aguardente de segunda linha a que não podia pura como ele gostava de fazer [...] principal a Ressaca, ele fazia uma segunda linha que se chamava Alegria (informação verbal)[12].

Figura 21 – Aguardente de cana ressaca

Fonte: O autor, 2014

Figura 22 – Aguardente de cana alegria

Fonte: O autor, 2014

[11] Entrevista concedida por Amaury Gouveia Falcone em 2013.
[12] Entrevista concedida por Amaury Falcone Falcone em 2013.

Com o funcionamento do engenho a vapor, a Comunidade do Gramame cresceu em torno dele. Foi necessário, ao decorrer dos anos, aumentar sua produção para atender bem mais ao mercado da época. Para tanto, o proprietário foi em busca de empréstimo. Um investimento arrochado, mas necessário para produzir produtos e novos métodos de produção. O Engenho, a princípio, funcionava com equipamentos ultrapassados, pois ainda se usavam “almanjarra ou trapiches” (grande moenda feita de madeira com atração animal). Eram utilizados cavalos, mulas ou bois. Estes últimos eram os preferidos para a extração do caldo de cana. Esse tipo de processo era utilizado com frequência nas terras onde não havia disponibilidade de recursos hídricos, e esse tipo de energia motriz era realmente a melhor solução. Anos mais tarde, o engenho passou a funcionar com motor a diesel “DEUTZ” de 12 HP. Teve um período de prosperidade, mas, em 1948, deixou de produzir e nunca mais funcionou. Com a desativação, cujos motivos nunca foram esclarecidos, os moradores da comunidade e adjacentes passaram a trabalhar com outras atividades. O trabalho de campo é relacionado às historias contempladas nas vivências significativas pelos moradores sobre o engenho. O objetivo é de contribuir para a construção de conhecimentos significativos e de proporcionar uma postura direcionada à construção de referências históricas.

Cabe ressaltar que a delimitação de uma área de estudo é de, aproximadamente, 27,435 Hectares, o que possibilitou o estudo da realidade local com o desvendar das inter-relações entre os elementos da paisagem e das relações sociais que as definem.

Figura 23 – Mapa da localização da Granja Eleonora Falcone

Fonte: O autor, 2014

Foi localizado um conjunto de bens culturais que teve um papel importante em sua existência para a Comunidade do Gramame. Pouco resta das edificações do engenho, onde nos deparamos com as ruínas da casa de farinha, com o curral, os reservatórios construídos em tijolos manuais e a pedreira, que servia para a utilização da matéria-prima para pequenas construções.

A área onde se concentram as ruínas apresenta vários problemas ambientais, devido à expansão e ao crescimento urbano, o que vem provocando um desequilíbrio cada vez maior na área citada, que não vem recebendo cuidados especiais de preservação. Muitos desses bens culturais identificados pelos moradores encontram-se sobre os entulhos de lixo e depredações por vândalos, além da destruição dos bens para extração de material de nova construção civil.

Vários e pequenos cursos d’água e muitas nascentes estão passando por processo de assoreamento. Alguns deles já foram totalmente extintos.

Figura 24 – Paisagens: recursos naturais

Fonte: O autor, 2014

É primordial preservar os recursos naturais, e a fauna e a flora da Granja Eleonora são fundamentais para manter todo o equilíbrio da natureza. As vegetações que margeiam os pequenos riacho e açudes exibem uma diversidade marcante do ecossistema.

Dentre os bens culturais encontrados e identificados, chamaram-nos a atenção as edificações construídas em tijolo lajota e pedras dos nos anos 30 e que são referências para a comunidade. Em alguns dessas edificações, encontram-se alguns artefatos que fazem parte do conjunto de elementos significativos e representam a história da família Falcone.

Figura 25 – Artefatos: balança

Fonte: O autor, 2014

Figura 26 – 1ª residência do Sr. Roque Falcone

Fonte: O autor, 2014

Figura 27 – 1ª Escola da Comunidade Gramame

Fonte: O autor, 2014

4.4 COMUNIDADE DO ENGENHO VELHO

Engenho Velho está situado a seis quilômetros de distância da capital de João Pessoa. O nome se originou de um antigo engenho de cana de açúcar, uma área que abrangia, aproximadamente, 320 hectares, mais a área de Caxitu. Esse engenho, existente desde o Século XVII, pertenceu à família de Branca Dias, personagem que permanece na memória coletiva e que faz parte do quadro de referências culturais da Comunidade do Engenho Velho.

A memória em torno de Branca Dias, desde o Século XIX, estimulou investigações a seu respeito. Joffily (1977) levanta questionamentos sobre a existência dessa personagem histórica ou, talvez, mítica da província da Parahyba. Publicou, em 1897, um primeiro artigo sobre Branca Dias, no qual afirmava:

> A legenda paraibana tem conservado esse nome, através das idades, como a principal vítima da Inquisição nessa antiga capitania, nos princípios do XVII Século. A tradição nos diz que a senhora de alta posição na sociedade colonial pela ilustre família a que pertencia e pela opulência em que vivia no seu engenho próximo à cidade da Paraíba, o que, contrastando com o seu miserando fim, resultado da perseguição que lhe moveu o terrível Tribunal, influiu de tal modo na imaginação popular, que o seu nome tem atravessado três séculos (JOFFILY, 1977, p. 56).

Em torno de Branca Dias do Engenho Velho, está assentada parte da história local e da memória dos moradores do lugar.

4.4.1 Branca Dias do Engenho Velho

Embora os relatos históricos deem conta da existência de Branca Dias em Pernambuco[13], a Branca Dias paraibana permanece na memória local, como afirmou Irineo Joffily. Diferente da heroína paraibana, a Branca Dias de Pernambuco tem sua história datada no Século XVI, e sua vida antes da chegada à Capitania de Pernambuco, já registrada em livros da inquisição portuguesa. Sua vinda a Pernambuco está ligada ao estabelecimento do marido, Diogo Fernandes, nessa Capitania, em cujas terras fundou o Engenho Camaragibe. De acordo com Suzana Veiga, "a chegada dela [Branca Dias] à Capitania se dá provavelmente entre os anos de 1547 e 1550, segundo declarado pela sua filha, Brites Fernandes, em depoimento no dia 5 de abril de 1596 aos inquisidores responsáveis pelo seu processo" (VEIGA, 2013, p. 78).

No caso de Branca Dias do Engenho Velho, na Paraíba, ela teria nascido no Engenho Velho, à margem do rio Gramame, em 15 de junho 1734. Era filha de Simão Dias e Maria Alves Dias, proprietários do engenho. Foi perseguida pela Inquisição e morta na fogueira da Inquisição, em Lisboa, no auto de fé de 20 de março de 1761 (ABREU, 1903).[14] Independentemente das discussões e das pesquisas sobre a Branca Dias da Paraíba, os relatos sobre essa heroína, mítica ou histórica, do Engenho Velho, traduzem crenças alicerçadas na memória da comunidade.

Dois aspectos sobre Branca Dias se sobressaem nessas memórias: primeiro, uma história baseada em registros escritos no início do Século XX[15], que traz a narrativa da história de Branca Dias, de ascendência judaica, levada à fogueira por ter despertado a paixão de um padre. Essa paixão não era correspondida e, por vingança, acusou-a de práticas judaizantes. Seguindo esse relato, reproduz a crença de que, no engenho, o espírito de Branca Dias (vestida de branco) fica vagando nas noites de lua cheia. Quando é época das festas comemorativas no Engenho Velho, sempre há uma recomendação para quem gosta de andar à noite: "Cuidado com a mulher de branco".

---

[13] Para saber mais sobre o assunto, ver estudos de José Antônio Gonçalves de Mello (1996).

[14] Antes da publicação lançada por José Joaquim de Abreu, a história de Branca Dias fora trazida à tona por Irineo Joffily, na década de 1890, em livro supramencionado e em artigos publicados no Jornal do Commercio.

[15] Em 1903, José Joaquim de Abreu publicou, pela Typografia e Lythografia a vapor Parahyba, o *Livro de Branca*, no qual escrevia acerca de Branca Dias, reacendendo o debate em torno dessa personagem paraibana.

4.4.2 Lugares de memória: identificação e mapeamento dos bens culturais

Para identificar os lugares de memória da comunidade, realizamos uma pesquisa de campo com registro fotográfico, com o objetivo de explorar mais profundamente a história sobre a construção do túnel Branca Dias, a igreja e o poço do cavalo. Durante esta pesquisa de campo, os dados coletados subsidiaram a elaboração do mapa da Comunidade do Engenho Velho, cuja representação se encontra posteriormente analisada.

Figura 28 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento

Fonte: Google Earth, 2014

Figura 29 – Mapa dos bens culturais identificado na Comunidade Engenho Velho

Fonte: O autor, 2014

Para Maurice Halbwachs (2006), toda memória coletiva acontece em um contexto social e, portanto, remete a uma relação com o lugar. Nesse sentido, quanto à memória da Comunidade do Engenho Velho em torno de seus lugares de referência, foram identificados os lugares abaixo indicados e analisados.

A maioria dos moradores da Comunidade Engenho Velho é de católicos. A igreja, de arquitetura moderna, foi construída e é uma referência simbólica para a comunidade, e embora outros templos existam ali, não foram referenciados pelos entrevistados.

Figura 30 – Igreja Católica São Vicente de Paulo

Fonte: O autor, 2014

O túnel conhecido pelos moradores como “túnel dos holandeses” localiza-se em uma área residencial. Ao longo dos anos, os moradores conviveram com histórias e lendas da construção que, provavelmente, foi construída pelos holandeses no Século XVII. De acordo com as informações obtidas através das entrevistas, esse túnel chegava até o Forte de Santa Catarina, no município do Cabedelo, litoral sul – PB. Os túneis, normalmente subterrâneos, tinham como objetivo a passagem ou a rota de fuga, que facilitava o acesso a determinado local.

Em relação a esse aspecto, veja-se esta fala de Dona Judite:

> Bem, sobre o túnel, segundo falam, que é um túnel construído na época das invasões, das invasões estrangeiras, aqui no Brasil, inclusive aqui da Paraíba, e que foi construído pelos holandeses e que servia, era uma rota de fuga, né? Caso precisasse. Ele ligava de lá em Cabedelo, do Porto e desembocava aqui em Engenho Velho qui dava acesso a Recife. (informação verbal[16] - Dona Judite)

Entretanto, o túnel ao qual nos referimos não nos permite aquiescer com essa informação, pois ainda nos faltam outros documentos que indiquem que essa via de fuga chegava, de fato, ao lugar indicado. Como não foi pesquisado através das escavações, não foi possível concluir com precisão a obra, pois, se existisse um estudo preciso sobre o assunto citado, seria possível desvendar os mistérios guardados por diversas gerações e trazer à tona a verdadeira história do túnel Branca Dias.

Em umas das entrevistas, Dona Judite afirmou:

> Na época que meu pai era vivo, a entrada dele estava desobstruída, né? Aí foi o tempo que o pessoal começaro – que lá é uma pedreira, um lençol de pedra −, aí começaro a dinamitar a área, aí caiu pedras, aí fechou a entrada. Aí na época que meu pai adentrou, e lá, ele disse que tinha cadêra, mesa, tinha vários objetos, mas devido à grande quantidade de morcego, aí ele desistiu. Desistiu de entrar mais, adentrar mais (informação verbal, 2013)[17].

O túnel apresenta duas entradas: a primeira, circular, em pedra calcária, com, aproximadamente, 60 de diâmetros. A impossibilidade de analisar as condições do

[16] Entrevista concedida por Judite Maria Palhano em 2013.
[17] Entrevista concedida por Judite Maria Palhano em 2013.

túnel foi dificultada pela grande quantidade de vegetação na entrada principal do objeto estudado. O acesso é feito por um precário caminho de mata fechada.

Figura 31 – Caminho para o túnel Branca Dias

Fonte: O autor, 2014

Figura 32 – Acesso à primeira entrada do túnel Branca Dias

Fonte: O autor, 2014

Perto do túnel, existiu uma pedreira que funcionou até os anos 80. Funcionava, diariamente, extraindo pedras. Para isso, utilizavam-se explosivos, o que causou vários desmoronamentos em sua estrutura. Contam os moradores que, nesse túnel, existe uma fortuna enterrada, ou seja, uma botija de grande valor. Muitas pessoas cavaram próximo ao túnel em busca desse dinheiro e do ouro que pertenciam ao pai

de Branca Dias. Eles contam, ainda, que, nessa botija, está um caranguejo de ouro, que aparece nas noites enluaradas nos mangues de Gramame, joias e moedas de ouro.

Na segunda entrada, há o registro de uma pequena abertura com características de uma saída para fuga, pelo aspecto da estrutura de construção. Levantamos a hipótese de que esse espaço deveria servir não só de rota de fuga, mas também como um respiradouro do túnel.

Figura 33 – Acesso à segunda entrada do túnel Branca Dias

Fonte: O autor, 2014

Segundo Sr. Manoel Lopes, essa entrada foi interditada pelos antigos moradores que não tinham um bom relacionamento com a comunidade e se sentiam incomodados com a história do túnel e a judia que morava nessa redondeza. Outro lugar destacado pelos moradores entrevistados foi o poço do cavalo, lugar de onde retiravam água para abastecer a Comunidade do Engenho Velho.

Figura 34 – Poço do Cavalo

Fonte: o Autor, 2014

O nome poço do cavalo foi atribuído em função dos cavalos que pastavam perto do poço. Os moradores se aglomeravam formando uma comunidade perto do podo que abastecia toda a comunidade, pois a água era proveniente de fontes naturais. A movimentação do lugarejo, com suas atividades sociais, culturais e econômicas, expandiu a comunidade. Comerciantes e tropeiros passaram a circular com frequência o poço do cavalo. Segundo narrativa do Sr. Manoel Lopes, o poço só serve para saciar a sede dos animais. Hoje a comunidade não utiliza mais essa fonte, pois quase todas as moradias são abastecidas pela companhia de água da Paraíba (CAGEPA).

4.5 COMUNIDADE DO MITUAÇU

Mituaçu é um nome de origem indígena que significa “ave grande”. Essa comunidade se limita, ao norte, com João Pessoa, onde se encontram outras comunidades como Guaxinduba (leste) e Caxitu (oeste), entre outras. Está localizada na área rural do município do Conde, antiga sesmaria de Jacoca, incrustrada em terras dos indígenas potiguara. A região consistia de aldeamentos missionários desde o Século XVII, de acordo com Farias e Barcellos (2012).

A povoação de Mituaçu se localiza na região onde, em meados do Século XVII, existia a aldeia de Jococa que, como outros aldeamentos da época, “consistia num agrupamento de pequenas casas de palha” (MACHADO, 1977, p. 351).

De acordo com a história, a Comunidade do Mituaçu foi ocupada por uma maioria de negros (as) e se confunde com a formação da Freguesia de nossa Senhora da Conceição, depois Vila do Conde, pois está localizada nos limites dessa freguesia.

Essa comunidade remanescente quilombola do Mituaçu está situada no litoral sul do estado da Paraíba, mais precisamente, no município do Conde. A maioria dos seus moradores é composta por negros da mesma origem e partilham as mesmas experiências e práticas culturais vivenciadas ao longo do tempo, segundo relatos do bisneto de Severina Felipe do Espírito Santo, o Sr. Vadilson Felipe do Espírito Santo (Sr. Dando). Durante a pesquisa de campo, os moradores relataram a origem da Comunidade Mituaçu, que se deu através de alguns escravos fugitivos do cativeiro, principalmente as irmãs Kaká Filipe do Espírito Santo, Maria Filipe do Espírito Santo e seu irmão Manoel Filipe Espírito Santo, que chegaram através do rio Jacoca e do rio Gramame e se alojaram pelo local, formando a comunidade[18]. Os relatos dos moradores apontam para uma trajetória em que Mituaçu passou a ser ocupada pelos negros fugidos do cativeiro que lá constituíram moradia, principalmente por ser a área de difícil acesso, pela fertilidade da terra margeada pelos rios Gramame e Jacoca, de modo a permitir a sobrevivência daqueles que lá se fixaram.

Assim, a história da comunidade se assenta nas memórias deixadas através da oralidade transmitida por gerações, que atribuem as origens à fixação nas terras entre os rios Jacoca e Gramame, com destaque para a história das escravas fugidas do cativeiro. As origens da comunidade relatadas com base na memória de moradores antigos do lugar, resguardadas e repassadas oralmente, reforçam não apenas sua história, mas também os laços instituídos entre os moradores. Nesse sentido, a ‘memória afetiva’ em torno do lugar encontra-se enraizada nas memórias individuais do grupo, mas ainda, na rede de solidariedades na qual a comunidade está envolta.

As comunidades quilombolas foram formadas em um contexto de identificação dos moradores estabelecidos em suas próprias terras. Podemos destacar como comunidades quilombolas Paratibe, em João Pessoa; Gurugi Ipiranga e Mituaçu, em Conde – PB. A luta sobre o direito de a Comunidade do Mituaçu ser reconhecida como

[18] Entrevista concedida por Sr. Vadilson Felipe do Espírito Santo em 2013.

quilombola vem desde 1980. Através desse movimento, as quatro comunidades começaram a trabalhar em prol desse reconhecimento. A Comunidade do Ipiranga, segundo o Sr. Maurício, foi a primeira a conseguir a certidão do autorreconhecimento como remanescente quilombola. Na década de 2000, a Comunidade do Mituaçu retomou a sua luta através de alguns líderes, como o Sr. Maurício que, na época, era o presidente dessa comunidade.

Segundo o depoimento colhido com o ex-vereador e morador, o Sr. Vadilson Felipe do Espirito Santo, considerado como depositório da memória da história da Comunidade Mituaçu, podemos destacar alguns elementos que contribuíram para o entendimento da história dos remanescentes quilombolas.

> [...] quando começou a andar uma equipe aqui uma turma de estudante aqui da Universidade Federal de Guarabira ai eu era vereador em 2000 a 2004 fui vereador [...] ai chegou uma equipe de estudante universitário na cidade de Conde onde era vereador [...] ai perguntou tem alguém daqui que tem mandato de vereador que seja quilombola? Ai seu Roberto Correia que era Presidente da casa disse tem! Tem Vadilsom [...] foi dai que eu fim saber que eu e minha família e o lugar todinho aqui era quilombola (informação verbal)[19].

A Comunidade do Ipiranga subsidiou o reconhecimento oficial como quilombolas da Comunidade do Mituaçu. Nesse período, os moradores preencheram uma ficha cadastral com um questionário a ser respondido. O cadastramento foi realizado por alguns líderes da comunidade, e os depoimentos dos moradores mais idosos de Mituaçu foram fontes importantes para o registro da história da comunidade. Com base nos depoimentos e nos registros apresentados, a comunidade recebeu da Fundação Palmares “certificado como quilombola”.

Esse processo da Fundação Cultural Palmares - entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 - foi voltado para promover e preservar a arte da cultura afro-brasileira. Para assegurar o certificado, a Fundação Palmares solicitou a presença de cinco pessoas como testemunhas e declarantes para relatar a veracidade dos fatos históricos da comunidade. Para isso, foram constituídos os moradores João Batista da Silva, Severina Silvério de Jesus, Valdinete Francisca, João de Melo Pereira e Antônio da Silva Silvério. Em 28 de junho 2005, foi promulgado o certificado de autorreconhecimento de Comunidade Quilombola.

---

[19] Entrevista concedida por Vadilson Felipe do Espírito Santo em 2013.

Figura 35 – Certificado de Auto-reconhecimento da Comunidade Remanescente Quilombola de Mituaçu

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a ***Comunidade de Mituaçú***, localizada no município de Conde, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 004, Registro n. 314, f.21, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s): Severina Silveiro de Jesus CPF/MF 308.426.384-15
Valdinete Francisca da Silva CPF/MF 726.619.254-49
João Batista da Silva CPF/MF 110.488.244-20
João de Melo Pereira CPF/MF 554.186.274-49
Antonio da Silva Silvério CPF/MF 379.826.994-72

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, **28** de **julho** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

Fonte: Acervo da Associação dos Moradores de Mituaçu

O documento produzido para ser enviado à Fundação Cultural Palmares valoriza a voz da Comunidade Remanescente Quilombola do Mituaçu - PB, a partir de algumas narrativas selecionadas em um vasto campo que compõe o universo de suas referências culturais. Aparecem nele narrativas associadas ao tempo dos escravos fugitivos, às conquistas através da ocupação das terras ali existentes no Mituaçu. A localização dessa comunidade e sua proximidade com espaços urbanos de João Pessoa e do Conde, onde alguns de seus moradores, desde muito tempo, desenvolviam suas atividades laborais tornam sua trajetória singular, de acordo com

pesquisas realizadas sobre o Mituaçu. Salientam-se, nessas pesquisas, a abertura e a incorporação de práticas distintas daquelas vivenciadas na comunidade, explicadas, principalmente, pela proximidade e pelas vivências nesse espaço urbano (CHAGAS, 2009).

Nesse sentido, alguns estudos têm sido realizados sobre a Comunidade de Mituaçu, tomando como foco o cotidiano dos moradores dessa comunidade (CANTALICE, 2008), além de estudos com ênfase na problemática da identidade quilombola de Mituaçu, procurando analisar a construção dessa identidade entre os que ali residem (CHAGAS, 2009).

Remanescentes das Comunidades Quilombolas constituem uma questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, quando reaparece no Brasil a Frente Negra Brasileira (1930/40) que, mais tarde, entrou em cena política nos anos 70, durante a redemocratização do país. A luta afrodescendente direciona-se na questão relacionada à sua própria raça. Os quilombos e os quilombolas estabelecem uma política na busca por uma cidadania e pela construção de um povo.

No Mituaçu, essa preocupação é apresentada através de espaços destinados à rememoração das lutas do cotidiano dos negros ali chegados. Nessa comunidade, foi criado um espaço para preservar a memória, onde está representado o cotidiano da comunidade através de pinturas e foi mais além com a representação em tamanho original de antigas habitações do lugar com artefatos utilizados pelos moradores em períodos anteriores. Quando adentramos o exercício da memória local da Comunidade Mituaçu, deparamo-nos com o relato do Sr. Maurício Francisco, que fala da história propriamente dita dessa comunidade e que transformou um manuscrito intitulado “O registro da história de Mituaçu, Terra dos Quilombolas”.

Figura 36 – Pintura: Espaço Renovar

Fonte: O autor, 2014

Eles começaram a construir cabanas rudimentares com as mesmas características dos seus ancestrais, ou seja, feita de vara e de palha, segundo seus costumes. Em relação ao fato de analisar as estruturas rudimentares nas feituras de tipo de construção Machado (1977, p. 351) afirma: “faz uma referência a respeito das casas onde se localiza Mituaçu, ele se refere a Jacoca, no meados do Século XVII, e diz, “A aldeia da Jacoca, como as outras, consistia num agrupamento de pequenas casas de palha”.

Esse tipo de cabana que a comunidade construiu serviu de morada até 1900. As casas de taipa também passaram a ser construídas na comunidade a partir desse período e ainda são cobertas com palha.

Figura 37 – Casa de “taipa” coberta com telha

Fonte: O autor, 2014

Segundo Sr. Maurício, a partir de 1938, algumas casas passaram a ser cobertas com telhas e a ter apenas um cômodo. Em 1945, começou-se a construir casas de taipa cobertas com telhas no formato retangular com quatro divisões - dois quartos, uma sala e uma cozinha. A estrutura rudimentar se encontrava também no mobiliário das residências, e os móveis (cama, colchão, banco) eram feitos de vara, madeira, capim, o que caracteriza a própria condição social do povo da comunidade. Foi nesse mesmo período em que foram feitas as primeiras construções em alvenaria: a casa do pai de Sr. Maurício Francisco da Silva e a escola, construída para atender aos filhos dos moradores.

Figura 38 – Primeira escola do Mituaçu

Fonte: O autor, 2014

A escola assume lugar de destaque na comunidade. A primeira que foi construída ali, de pau a pique, data de 1942. Foi idealizada pelo pai do Sr. Maurício, que relata:

> Em 1942, meu pai não sabia lê não [...] mas meu pai era louco pelo uma escola pra nos aprender a lê e escrever [...] aprender a lê e escrever. Não tinha condições para de botar nós em João Pessoa não tinha condições nem nada. Ai se reuniu a Comunidade de Mituaçu [...] e vamos formar uma escola onde é a sede do Palmares ele pode mostra a você lá onde é a sede do Palmares lá em cima. Aí ali limpamos o terreno: vamos fazer a escola aqui [...] eu era pequeno nesse tempo, tava com 8 anos. Ai juntou a Comunidade todinha, de canoa, foram pro mangue cortar todo o material, caibro, ripa [...] ripa não [...] caibro, madeira toda, nê? trouxeram era festa aqui encostou na beira do rio as canoas tudo carregadas ai [...] onde descascamos a madeira todinha ai tudo bonitinho levamos ai montou a escola lá em cima bonita [...] ai como tapar isso? não tinha vara. Agora tem ripa naquele tempo não tinha ripa [...] ai cortaram as varas no terreno de Ovídio tinha muito mato [...] ai foi lá cortaram as varas pediram. [...] esqueci o nome do cara [...] pediram ao administrador dele, nê? ele autorizou o pessoal do Mituaçu cortaram as varas. Aí colocaram em volta da casa, em volta todinha, e no telhado também. As telha para cobrir essa casa nós fomos buscar de burro [...] é pra lá de Santa Rita! Como é? Como é o nome do lugar Dando? Varge Nova [...] tinha burro de trazer 10 telhas, tinha outro que trazia 50 cavalo bom trazia 50 telhas em caçoar [...] nos carregamos essas telhas de burro pra lá e pra cá. Tava tudo pronto ai... ai vamos cobrir [...] ai cobriu festa é festa, festa coco de roda... é festa de tudo pra inauguração”! não, só coberta quando cobriu e envararam tudinho. Ai vamos tapagem [...] na tapagem [...]. qual é que tu vai dar na

> tapagem! Vou um pouco outro vai dar o sei o que [...] tal! Ai vamos marcar o dia da tapagem. Ai Ovídio Tavares apareceu [....] apareceu em cima de um cavalo, chegou aí chamou: quem é responsável pela escola? Responsável somo nos daqui de Mituaçu! Ele falou: É pra desmanchar tudinho tirar minhas ripas, tirar minhas varas todinha que vocês tiraram do terreno as varas que está em cima do telha e está em volta amarrado tirar tudinho desmanchar tudinho [...] desmanchou [...] desmanchou a escola. 1942. Isso é peso rapaz! Uma Comunidade como Mituaçu [...] eu era pequeno. Desmanchamos a escola pra tirar o material que veio da fazenda dele lá [...] e o nome desse homem está aí na escola [...] eu sou revoltado (informação verbal)[20].

A construção da escola na comunidade passa pela vontade de crescer e de ter liberdade propiciada pela educação formal, a partir do conhecimento da escrita. O relato de Sr. Maurício reflete as tensões entre a comunidade e os demais posseiros ou fazendeiros da região. Ao mesmo tempo, aponta para a instituição de uma memória.

4.5.1 Registro da história de Mituaçu no manuscrito de Maurício Francisco da Silva "Mituaçu, terra dos quilombolas"[21]

Durante as pesquisas de campo realizadas na Comunidade de Mituaçu, nós nos deparamos com o Sr. Maurício, uma das lideranças locais. Envolvido na busca pela preservação da memória de Mituaçu, ele descende de uma das famílias pioneiras dessa comunidade.

A memória trazida por esse morador reconstitui um pouco da história da Comunidade de Mituaçu. Os relatos, retirados da memória e escritos por ele ajudam a conhecer parte de sua história e das famílias que formaram o lugar.

---

[20] Entrevista concedida por Maurício Francisco da Silva em 2013.

[21] MITUAÇU TERRA DOS QUILOMBOLAS. Manuscrito escrito por Maurício Francisco da Silva sobre Mituaçu e a relação de moradores da comunidade desde 1800.

Figura 39 – Mituassu - Município do Conde, terra dos quilombolas

①

MITUASSU MUNICIPIO DO CONDE
TERRA DOS QUILONBOLAS
HA DOIS SECULOS PASSADO VEM A ESTORIA DE
MITUASSU
NESSA EPOCA VINHA PELO OCEANO GRANDE NAVIO
QUE TRAZIA MUITOS AFRICANO PARA AS UZINAS
DO ESTADO DA PARAIBA
UM PONTO DE DESEMBARQUE ERA A BARRA DE
GRAMAME
NO DESEMBARQUE ALGUM PRETO VELHO FUGIA
COM A SUA MULHE
FAZIA UMA CABANA NO MATO E FICA MORANDO
ESTE TIPO DE CABANA FOI MORADA ATE 1900
QUANDO PASSOU A SER UMA CASA DE PAU A
PIQUE TODA FECHADA DE PALHA
ASSIM ERA AS FORMADA AS CONUNIDADE DE
MITUASSU
PARATIBE
MUSSUMAGRO
JACÓCA
IPIRANGA
TODAS ESSA COMUNIDA SE COMUNIRAVA POR
CAMINHO PELO MATO. JUNTAVASE PARA FESTA
PORQUE CADA UMA TEM SEU PADROEIRO.
NA EPOCA A COMUNIDADE QUE MAIS SE DESEMVOVEU
FOI MITUASSU PORQUE TINHA PORTO DE DESEN-
BARQUE DE NAVIO DE PEQUENO PORTE
TORNOSE UM PORTO DE CONTRABANDE SEREAIS
COMO CARNE CAFE SAL QUEROLENE PEIXE
E OUTOS. MITUSSU NÃO TINHA ESTRADA A
LIGACÃO COM JOÃO PESSO E COM OUTRAS
LOCALIDA ERA FEITO POR CAMINH COMFORME
JA FOI DITO

Fonte: O autor, 2014

Sr. Maurício se remete a uma época em que as comunidades se comunicavam “por caminho pelo mato”, período em que a estrada ainda não cortava o lugar ligando as comunidades. Diferentemente das outras comunidades, a Mituaçu avançou, segundo ele, por “ter o porto para desembarque de navio o qual se tornou um porto de contrabando”[22].

Ao longo do tempo, a comunidade foi se desenvolvendo através da agricultura, da pesca e de outras atividades. Toda a produção era vendida nas feiras da Paraíba e da Vila do Conde e escoada via rio Gramame ou através dos lombos de animais de carga. De seus relatos, verificamos que a comunidade, junto com as demais aqui estudadas, tinha diversificadas manifestações culturais – lapinha, coco de roda, babau, ciranda e cavalo marinho. Nas memórias de Sr. Maurício, a comunidade tem espaço privilegiado, e a história é contada a partir do coletivo, das festas e do convívio:

> Essa comunidade era muito alegre não passava um final de semana sem uma festa. Quase todos os finais de semana as Comunidades estavam juntas em

[22] Entrevista concedida por Sr. Maurício em 2013.

> Mituaçu. Todos descalços que não existia sapato, a roupa era a mesma que trabalhava o dia todo e no sábado lavava para ir à festa. A comida da Comunidade era peixe, camarão e caranguejo, carne quando matava uma galinha, um porco ou um boi, assim foi até 1940. Como foi-se comia carne só no sábado, muito feijão, arroz só no dia de festados padroeiros. Pão só no natal e ano novo o café era com batata e inhame. (informação verbal)[23].

Segundo o Sr. Maurício, as festas sempre amanheciam o dia, porque tinha o banho no rio pela manhã e "se tomava banho pelado, a separação era mata. Enquanto tirava a roupa depois na água se juntavam sem problema, mas existia muito respeito entre as famílias"[24].

O primeiro professor de Mituaçu foi um senhor conhecido como "Fumaça". No mês de junho, ele não saía com medo de bobinha. Depois, veio "Severino Francisco da Silva, filho de Tranquilino Francisco da Silva"[25]. Ele fez uma sala de aula para 45 alunos. Todos pagavam a mensalidade, e quando um aluno atrasava o pagamento, ele ajudava. Isso foi por volta de 1942. De 1948 a 1950, apareceram, em Mituaçu, vinte homens que eram funcionários da Companhia de Luz de João Pessoa[26] e fizeram toda a mudança na comunidade. Esses homens ensinaram os moradores a fabricar tamanco e sapatos. Havia um conjunto muito bom em que todos tocavam. Era formado por Lino Dias, Baratão, Alcides, José Buju e João.

A comunidade passou a ter novas práticas com a chegada desses indivíduos, que passaram a ensinar a tocar cavaquinho, violão, sax, clarineta, bateria e outros instrumentos, durante o tempo que passaram na comunidade. Se, de um lado, a comunidade ganhou com novas aprendizagens, porquanto foi criado um grupo de música, de outro, perdeu suas lideranças. Saudosista, Sr. Maurício acredita que o progresso levado à comunidade gerou também problemas para manter as tradições locais que serviam de amálgama e consolidavam a cultura local.

Além das informações acima detalhadas, o manuscrito elaborado pelo Sr. Maurício apresenta as primeiras famílias antigas da comunidade, elencadas abaixo com detalhes que ele registrou.[27]

---

[23] Entrevista concedida por Mauricio Francisco da Silva em 2013.
[24] Entrevista concedida por Mauricio Francisco da Silva em 2013.
[25] Entrevista concedida por Mauricio Francisco da Silva em 2013.
[26] Companhia de Luz de João Pessoa
[27] Os dados das famílias ora apresentados foram extraídos do manuscrito do Sr. Maurício Francisco da Silva, que registrou o que sabia e o que conseguiu registrar a partir de relatos de outros moradores antigos do lugar (2009 -2011).

Família Augustinho – Não era quilombola, mas, apesar de não pertencer originalmente à Comunidade Remanescente Quilombolas, João Augustinho escolheu Mituaçu e constituiu sua família. Teve dois filhos - João Calixto e Floriano Calixto. Possuía um sitio, onde produzia farinha e criava alguns animais de grande porte para fins de transporte.

Família Babosa – Família remanescente de quilombolas, era formada por Tintino Barbosa e sua mulher, Maria das Neves Barbosa – cujo apelido era Maroca – parteira respeitada da comunidade. O casal teve três filhos: João Barbosa dos Santos (comerciante), Zozino Barbosa dos Santos (agricultor) e Abdias Barbosa dos Santos (pescador).

Família Bibiano - De acordo com o Sr. Maurício, essa família é proveniente da Itália, formada por Antônio Bibiano e sua esposa Maroca Bibiano, que resolveram em Mituaçu se estabelecer e lá adotaram uma criança que se chamava Bibiano Pereira Borba. Com a volta dos pais à Itália, Bibiano Pereira Borba herdou a propriedade. Casou-se, teve um filho ao qual deu o nome de José Pereira Borba. Segundo conta o Sr. Maurício, Bibiano, ao morrer, deixou seus bens para o único filho, José Pereira Borba que, em pouco tempo, deu fim a todos os bens.

Família Felipe do Espirito Santo - Essa família era composta por tres irmãos: Kaka Felipe do Espirito Santo, Maria Felipe do Espírito Santo, Manoel Felipe do Espírito Santo. Negros fugidos estão entre os primeiros a chegar às terras que deram origem a Mituaçu e que, junto com os demais que para lá seguiram, fundaram a Comunidade quilombola. Não há uma única versão sobre a origem dessa família. Segundo o Sr. Maurício, os irmãos Felipe do Espírito Santo “eram africanos que vieram em navios ao chegar a Mituaçu entre o rio Gramame, o rio Jocaca e o mar” e que conseguiram formar um rico patrimônio, incluindo uma “propriedade de aproximadamente de 223 hectares”.

Segundo outra versão narrada por Vadilson do Espírito Santo, os irmãos vieram da Bahia fugidos do cativeiro:

> [...] Mituaçu é um lugar que antigamente era tudo mato e os meus bisavós Kaká Felipe, Maria Felipe e vieram morar aqui... Vieram fugida da Bahia ai chegaram em Pernambuco ai vieram de pé estrada a fora... arrumaram um esconderijo se acentuaram aqui em Mituaçu... Vivia da pesca da roça da mandioca, o aceite de dendê, a farinha do dendê. [...] eu sou bisneto delas minha vó morreu com 100 anos Severina Felipe que era fila delas (informação verbal)[28].

Ao longo dos anos, essa família construiu uma grande fortuna através da produção de mel de engenho, de rapadura e do cultivo de feijão. Da memória desse período sobre essa família, alguns moradores antigos relatam que houve um roubo no engenho, onde Manoel e Kaka apanharam muito. Esse roubo teria sido planejado. O ocorrido levou a família a perder tudo, "indo viver em uma cabana o que hoje pertence ao bisneto Sr. Valdilson Felipe do Espírito Santo (informação verbal)"[29].

Figura 40 – Granja Felipe

Fonte: O autor, 2014

Nesse terreno, ainda é possível encontrar artefatos que, provavelmente, remetem ao período em que a família ali se estabeleceu.

[28] Entrevista concedida por Vadilson Felipe do Espírito Santo realizada em 2013.
[29] Entrevista concedida por Vadilson Felipe do Espírito Santo, realizada em 2013.

Figura 41 – Moedas 200 reis

Fonte: O autor, 2014

Figura 42 – Moeda não identificada

Fonte: O autor, 2014

Família Florêncio – Nessa família, todos eram quilombolas. João Florêncio era conhecido como João Fulô, e Ana Florêncio, como Sinhá Nana. Tinham um filho chamado João Florêncio em homenagem ao tio.

Família Francisco da Silva – A família de Tranquilino Francisco da Silva veio de Pernambuco em um barco de pesca e se instalou em Mituaçu. Depois de se fixar na terra, mandou buscar os três filhos - Severino Francisco da Silva, Manoel Francisco da Silva e Lúcio Francisco da Silva. Severino não sabia ler nem escrever, mas se destacou porque era bom em matemática. O saber adquirido levou-o a ganhar nome na comunidade, e todos os trabalhos relacionados à medição das casas, dos terrenos e da madeira eram feitos por ele. Por não gostar da lida na agricultura, Severino abriu um armazém de cereais e se tornou um comerciante. Casou e teve seis filhos. Embora tivesse pouca instrução, fazia questão de que os seus filhos estudassem. Para incentivá-los, Severino montou uma escola que foi a primeira em Mituaçu, e com o resto do material, construiu a primeira casa na comunidade feita de tijolos (alvenaria). Além de comerciante, Severino era barbeiro, confeccionava barco e até caixão para o sepultamento de crianças. Chegou a trabalhar na construção da estrada do Gramame no corte de madeira, na limpeza do rio Gramame e do rio Jacoca. Faleceu aos 96 anos.

Família Jacó – De família quilombola, Joel Jacó vivia da agricultura e tinha um sitio muito bom para a lavoura de batata e mandioca, mas era conhecido mesmo na comunidade como o homem mais rápido em subir no pé de coco.

Família Mello – Descendente de escravos fugidos, essa família iniciou em Mituaçu com dois irmãos africanos: um chamado Izidório de Mello, agricultor; e o outro, Vital de Mello, músico (tocava castanhola). A família sobrevivia da agricultura. Justina Dionízio de Mello, que chegou à comunidade e lá constituiu família, era praticante do candomblé.

Família Moura – João Moura e Luiz Moura vieram da Comunidade Ipiranga e possuíam um sítio.

Família Nascimento - Essa família tem origens africanas. Sua matriarca era Maria Joana do Nascimento, que veio da África e tinha três filhos: José Francisco do Nascimento, Vicente Figueira do Nascimento e André Francisco do Nascimento. José Francisco foi o que mais se destacou e casou com Amélia. Dessa união, nasceu José Francisco, primeiro filho do casal. Para cuidar da esposa, foi buscar a cunhada para tratar da irmã, com quem teve um romance. No ano seguinte, as duas irmãs estavam gravidas e tiveram filhos. Segundo o relato do Sr. Maurício, seu avô (José Francisco do Nascimento) arranjou uma mulher “pretinha” para tomar conta das duas, mas, não se contentando com a bigamia com as duas irmãs, teve um filho com a empregada, e assim, continuou.

Homem forte e grande, tornou-se inspetor de quarteirão da comunidade por muito tempo, mas, antes de morrer com 90 anos, teve outra mulher de 34 anos e três filhos. O irmão Vicente era pescador, um homem simples que, apesar de ser muito corajoso, não se destacou muito no cenário. O que se sabe é que ele sempre teve a profissão de pescador, ao contrário do seu irmão André, que era um homem violento e foi morto pela polícia em 1900. Segundo as anotações do Sr. Maurício,

> foi pra missa que tinha uma vez por mês, tinha tomado umas cachaças se desentendeu com o padre porque estava falando muito dentro da igreja. E o padre mandou se calar ele foi com um punhal para matar o padre que correu deixando ate à burra. Chamou a policia para prender André mais esse não se

> entregou e feriu dois soldados, os outros soldados fuzilaram. (informação verbal)[30].

Por causa dessa episodio, o padre excomungou a Comunidade de Mituaçu e deixou de realizar missas por mais de 50 anos.

Família Patacho – De origem quilombola, essa família trabalhava de aluguel. Era formada por Maria Patacho, Danana e Marcelino Patacho.

Família Pereira dos Anjos – Descendente de escravos fugidos, Rufino Pereira dos Anjos tinha três filhas com os seguintes nomes: Minergídia Pereira dos Anjos, Antônia Pereira dos Anjos e Beatriz Pereira dos Anjos. Essa família vivia exclusivamente da pesca do caranguejo e do camarão no rio Gramame.

Família Thomas de Souza – Originalmente, essa família era composta por João Thomas, Manoel Thomas e Henrique Thomas. Eram agricultores e plantavam junto com a família, mas também contratavam trabalhadores. Segundo relatos, a gagueira era comum aos irmãos. Esse distúrbio foi um motivo para que se afastassem dos demais moradores.

Família Torquato – Descendente de escravos fugidos, José Torquato Dionizio era casado com Amália Maria da Conceição, com quem tinha quatro filhos, que se chamavam Profira Torquato Dionízio, Arthur Torquato Dionízio, Manoel Torquato Dionízio e Isaura Torquato Dionízio. A atividade econômica a servir de base para a sobrevivência familiar era a fabricação de carvão.

Essa reconstituição de famílias que formaram a Comunidade de Mituaçu por parte de Sr. Maurício contribui para conservar a memória local. No entanto, não conseguimos identificar, entre essas famílias, os nomes inventariados por Tavares (1989) sobre os proprietários de terras em Mituaçu, cujas aquisições foram declaradas em cartório no ano de 1856, conforme apresentado na tabela abaixo.

---

[30] Entrevista concedida por Maurício Francisco da Silva 2013 em 2013.

Figura 43 – Proprietários de terra em Mituaçu

Ano	Declarante/ Proprietário	Meio	Localização	Propriedade	Vendedor/ Proprietário
1856	Nicolau Tolentino Pereira de Carvalho Joana Coelho de Vasconcellos	Compra Herança		Sítio	Antônio Pereira de Oliveira e Maria Coelho de Vasconcellos
1856	Domingas Maria da Annunciação	Compra (Herança do marido)	Mutuassu	Terreno	Bartholomeu Pereira de Oliveira
1856	Antônio Pereira de Carvalho Joana Gomes de Vasconcellos	Compra	Mutuassu	Sítio	Pedro Gonçalves Thomaz Lourenço
1856	Margarida Maria da Conceição	Herança	Mutuassu	Sítio	Avô João Luz da Paz
1856	Manoel dos Santos Pedreira	Herança	Mutuassu	Sitio	Esposa
1856	Marcelina Rumeo de Oliveira		Mutuassu	Terra	Pedro dos Santos
1856	José Urbano Pereira	---------	Mutuassu	Terreno	----------

Fonte: Tavares (1989, p. 55)

4.5.2 Lugares de memória do Mituaçu: identificação e mapeamento dos bens culturais

O processo de identificação dos bens culturais do Mituaçu foi realizado com base nas pesquisas de campo e nas referências trazidas pelos moradores da comunidade. Como lugares de memória, esses espaços representam recortes da história da comunidade e são reconhecidos pelos moradores como importantes para a cultura e a história local.

Figura 44 – Fotografia panorâmica do georrefenciamento

Fonte: Google Earth, 2014

Figura 45 – Mapa dos bens culturais identificados na Comunidade do Mituaçu

Fonte: O autor, 2014

Nos depoimentos colhidos, sobressaíram-se alguns lugares específicos, como a igreja católica, onde os moradores se reúnem para prestar devoção aos santos e rezar novenas. Seu santo padroeiro, desde a sua existência, sempre foi São Sebastião, que se encontra exposto na igreja e “encheu” de fé os corações dos fiéis da pequena comunidade. Mas, devido a problemas políticos, a comunidade adotou outro padroeiro, que passou a ser chamado de São Severino.

Sr. Valdilson (2013) apresenta uma breve descrição sobre a igreja católica referida:

> [...] São Sebastião que é o santo protetor dos negros. Ai passou muito tempo São Sebastião todo ano tinha festa minha tia finada Profira e todo ano venha gente do Recife [...] o pai dele se chamava Severino e a igreja católica era junto encostada a casa do vereador Bel, e ele tinha uma assessor dele chamado Marcos que também era o rapaz que ajeitava o negocio da igreja lá marcava que as missas, convidava o padre pra missa, convidava o povo o horário da missa [...] como fosse um sacristão. Ai pra dar de presente ao vereador Bel, que ele ajudava o vereador Bel, era assessor do vereador. Ai pegou butou o São Severino, o santo São Severino como padroeiro de Mituaçu. Mas ele butou sem ser, por que o padroeiro de Mituaçu santo dos negro é São Sebastião (informação verbal)[31].

Outros bens culturais identificados são significativos. Na comunidade, só existe uma casa de taipa como moradia e que permanece com as mesmas características das casas rústicas do passado.

Figura 46 – Casa de taipa

Fonte: O autor, 2014

[31] Entrevista concedida por Vadilson Felipe do Espirito Santo em 2013.

O “Espaço Reformar” está situado na Granja Renovar. O responsável por sua criação e manutenção é o Sr. Valdomiro Santos. São réplicas representativas das antigas habitações, cuja construção fora iniciada com a chegada dos escravos fugitivos nessa área.

Figura 47 – Museu Casa de Taipa - Espaço Renovar

Fonte: O autor, 2014

Figura 48 – Museu – Artefatos

Fonte: O autor, 2014

O Vale do Gramame teve a iniciativa de criar o primeiro quintal da ciranda, que fica em Engenho Velho e é reverenciado como “O Quinta da Ciranda” do mestre João da Penha. Esse quintal proporcionou a outras comunidades a oportunidade de encontrar sua identidade e os diretos de resgatar sua cultura.

Figura 49 – Espaço Multicultural do Mituaçu

Fonte: O autor, 2014

A Comunidade do Mituaçu tem traços culturais muito fortes e foi nesse aspecto que se mobilizou para salvaguardar a multiculturalidade e criar um espaço chamado “Quintal Cultural” para dar-lhe apoio. Ali existem grupos de dança, de folclore e de capoeira, que faz o Maculelê, samba de roda, coco de roda e a quadrilha junina “Linda Flor”. Para contemplar essa rica cultura, encontra-se, ainda, nesse berço multicultural, a “lapinha”, uma das mais antigas festividades da região. A lapinha, ou pastoril, pastorinhas, bailes pastoris, como é denominada popularmente, é uma dança de tradição religiosa do nordeste brasileiro; um folguedo que integra o ciclo das festas natalinas, que conta a história de um grupo de pastorinhas que viajam até Belém à procura do menino Jesus. Era representada em autos diante do presépio. Este trabalho tem como objetivo principal analisar as representações de gênero nessa dança de tradição religiosa.

A coordenadora do pastoril, Elizabete Silva, conhecida como Dona Betinha, enriquece-o com as músicas e o ritmo, embalando os moradores do Mituaçu e os convidados - um momento mágico, que traz do passado toda a manifestação cultural.

Figura 50 – Espaço Cultural - Lapinha

Fonte: Dona Betinha

O pastoril é composto e representado por personagens importantes na manifestação folclórica. As pastoras são as responsáveis pelo desenvolvimento do tema e transformam sua atuação em verdadeiros entreatos do pastoril, porque, entre uma e outra cena, elas aparecem com o objetivo de estabelecer ligações entre as jornadas e, ao mesmo tempo, animar os espectadores com suas músicas, coros e evoluções. Vestem-se a caráter, nas cores azul e encarnado, de acordo com o cordão ao qual pertencem. É comum usarem na cabeça, ao invés de lenço, diademas floridos ou feitos em cartolina com areia prateada.

Figura 51 – Espaço Cultural - Representação da lapinha na Comunidade de Mituaçu

Fonte: Dona Betinha

Entre os dois cordões, como elemento neutro, moderando a exaltação dos torcedores e simpatizantes, baila a Diana, com seu vestido metade encarnado, metade azul. Todas conduzem instrumentos rítmicos, como pandeiros ou outros tipos semelhantes, fabricados pelos próprios elementos. Os Pastores e as Pastoras, que tomam parte dos diversos diálogos, apresentam-se com uma bengala, símbolo dos pastores. As Ciganas – símbolo do mistério e da fatalidade - correspondem às antíteses do mal e do bem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta pesquisa, procuramos identificar os bens culturais e as referências culturais que constituem o conjunto do patrimônio cultural nas Comunidades do Gramame, do Engenho Velho e do Mituaçu, situadas no Vale do Gramame. Para esse propósito, desenvolvemos, além de uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa etnográfica, com visitas às comunidades, entrevistas com moradores e registros fotográficos, cujos resultados subsidiaram o mapeamento dos bens culturais dessas comunidades.

Junto com os moradores, identificamos os bens que constituem o patrimônio e o quadro de referências para os moradores das comunidades. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as referências culturais assim como os bens culturais passam pelo reconhecimento dos moradores, principais atores sociais e guardiões das memórias e da história do lugar. Esse pressuposto é fundamentado na perspectiva adotada pelo IPHAN e aplicada na documentação e no inventario de bens culturais, cujo instrumento principal, o INRC, tem como um dos principais elementos norteadores a busca por apreender os sentidos e os significados atribuídos ao patrimônio pelos moradores de sítios tombados, que os tratam como intérpretes legítimos da cultural local e como parceiros preferenciais de sua preservação. Partindo dessa perspectiva, procuramos fundamentar o mapeamento do território investigado na definição dada pelos moradores do lugar. Para tanto, foram aplicadas entrevistas com roteiro previamente elaborado, a partir das quais identificamos os bens culturais das comunidades e os sentidos que lhes são atribuídos.

Neste trabalho, os monumentos encontrados tornaram-se documentos que se dão a ler, e nesse aspecto, a análise que fez Le Goff (2003) sobre a constituição dos monumentos e sobre a sua apropriação histórica fundamentou nossa compreensão. A partir dos vestígios das edificações e da conservação de alguns desses bens, os moradores evocam o passado do lugar e da consolidação das Comunidades ao longo do Século XX. Os vestígios e as edificações ainda existentes nas Comunidades contribuem para que as memórias sejam evocadas, tal como a rememoração dos eventos passados e da trajetória de vida individual e coletiva no lugar. Disso se dá o fortalecimento da identidade como grupo.

Através das memórias dos moradores, identificamos práticas sociais gestadas nas Comunidades, muitas das quais, inclusive manifestações culturais, atualmente passam por um processo de resgate por meio das ações desenvolvidas pela Escola Viva Olho do Tempo. Nesse sentido, observou-se o papel catalisador da escola no processo de rememoração e de resgate da cultura das Comunidades, tendo nos mestres da cultura, ou seja, nos mestres dos fazeres-saberes das Comunidades, parceiros como produtores que são dos saberes locais.

Bosi (1994, p. 46) enuncia que “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade”, no caso pesquisado, assentam-se nos caminhos, nos traçados, nos vestígios visíveis e invisíveis encontrados nas Comunidades e que sustentam as memórias locais, que são rememoradas pelos mestres dos saberes locais e ressignificadas pelos moradores, no processo de construção da história e da identidade local.

As apropriações em torno de histórias locais, como apresentado neste trabalho, no que diz respeito à Branca Dias, apontou-nos que há uma memória coletiva local que alicerça as origens da Comunidade do Engenho Velho à presença da família de Branca Dias, transformada em personagem heroica da Comunidade.

Cada uma das comunidades pesquisadas tem uma espécie de mito fundador. Se, no caso do Engenho Velho, esse mito gira em torno de Branca Dias, na Comunidade de Gramame, as origens estão vinculadas ao porto e à estrada velha, ambos, canais de comunicação e passagem para outros territórios. No caso de Mituaçu, o mito de origem está vinculado ao quilombo ali formado em fins do Século XIX, conforme discutimos no percurso deste trabalho.

A peculiaridade da Comunidade de Mituaçu, cuja historia se vincula à de escravos fugidos e a sua herança quilombola, é referência trazida nos relatos dos moradores. Desde as manifestações culturais que remetem ao lugar e à identidade da Comunidade como remanescente quilombola, até os conflitos de memória, principalmente no que se refere à escola da Comunidade, cujo nome, à revelia dos moradores conduz a uma memória opressora, está presente a história de sua formação e resistência.

O resultado desta investigação apresenta os lugares referenciados pelas Comunidades e os bens culturais reconhecidos pelos moradores. Com base nas informações, o mapa interpretativo foi elaborado como suporte de salvaguarda e de conhecimento desses bens para as gerações futuras.

Por fim, ressaltamos que nossa pesquisa sobre as Comunidades do Vale do Gramame e a identificação e a preservação de seu patrimônio não esgota as possibilidades de novas investigações, posto que lacunas podem ser encontradas neste estudo. Pesquisas sobre a história das Comunidades pesquisadas, assim como do Vale do Gramame, ainda precisam ser escritos e transformados em suportes da informação como estratégia de salvaguarda da história local.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Joaquim de. **“Livro de Branca”** [S. l.: s.n.], 1905.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGUIRRE, A. **Cultura e identidade cultural**. Barcelona: Bardenas, 1997.

ALMEIDA, Luiz, Fernando de. Opinião: o futuro é a paisagem. In: **O Globo**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias> Acesso em: 13 nov. 2007.

ANDRADE, W. J. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: NEIMAN, Z. & MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole. 2005.

AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e memória: as relações na pesquisa. Revista **História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2007.

_____. **Pensando um conceito de paisagem**: por outro olhar sobre o espaço e sua interface com a informação. In: Giovanni Seabra (Org.). Congresso Nacional de Educação Ambiental. João Pessoa: UFPB, 2011, v., p. 12-27.

_____. A relação entre informação, memória e patrimônio cultural: o caso das comunidades quilombolas de Alcântara, MA. In: AQUINO, M.A.; GARCIA, J.R.. (Org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2011, v. 1, p. 107-127.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.

BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Revista TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 55-61, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 ago. 2008.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaio de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Atelier, 2003.

BOUCHARD, Gérard. Jogos e nós de memória: a invenção da memória longa nas nações do novo mundo. Trad. Por Zilá Bernd. In: LOPES, Cícero Galeno et. al. **Memória e cultura**: perspectivas transdisciplinares. Canoas, RS: Salles, 2009.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHAGAS, Waldeci Ferreira Chagas. **A identidade negra e quilombola entre os (as) moradores (as) de Mituaçu**: CONDE – PB - ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

DAMATTA, Roberto. **Exploração**: um ensaio de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco. 1986.

DODEBEI, V. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, T.; MORAES, N. (Org.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

DODEBEI, Vera. **Cultura digital**: novo sentido e significado de documento para a memória social. [S. l.: s.n.], 2011.

_____. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. In: MARANON, E. I. M. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010. p. 59-78.

FARIAS, Eliane; BARCELLOS, Lusival. **Memória Tabajara**: manifestação de identidade étnica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Inventariar. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. [S. l.: s.n.], 2010. p. 20127.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2ª ed, 2003, p. 81 – 93.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara; LTC, 1989.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico**: como e por que preservar. Coordenação de: Gerson Geraldo Mendes Faria et. al. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, E. J. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Tradução: Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília, DF: IPHAN, 2000.

JEUDY, H-P. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. (Coleção Ensaio e Teoria).

JOFFILY, Irinêo. **Notas sobre a Parahyba**. [S. l.: s. n.], 1977.

JOFFILY, José. **Nos tempos de Branca Dias**. Londrina: Ed. Pé Vermelho, 1993.

LAGE, G. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, no. 97, junho de 2009.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 59ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A. – 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo**: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ed. Senac Nacional, 2005. 232p.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. Vol. I. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1977.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação**: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: Massangana, 1996.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Caminhos da História).

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Bernardina M. J. F. de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, Ingrid; SEVERO, Ione (Org.). **Cultura Popular***:* nas teias da memória. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2007. p. 27-51.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, 2011.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Célia Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história da Parahyba II**. [S. l.: s. n.], 1989. (Coleção Mossoroense, CDXXII).

UNESCO. Patrimônio cultural no Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: 15 jun. 2013.
http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368.

APÊNDICE A – Mapa – Plotagem das comunidades do Vale do Gramame.

APÊNDICE B – Relação nominal dos entrevistados na pesquisa

Entrevistados: João Pessoa - 25 de maio a 30 de novembro de 2013

BEZERRA, Eutropio Pereira. Entrevista realizada na Comunidade do Vale do Gramame

1. Zuleide Pinto Peixoto – 82 anos
2. Ilza Peixoto dos Santos – 78 anos
3. Alexandrina Minervina dos Santos – 92 anos
4. Judithe Palhano da Silva – 62 anos
5. D'oci Gomes – 60 anos
6. Maria da Penha – 24 anos
7. José Carlos da Silva – 64 anos
8. Augustinho Albuquerque Farias - 70 anos
9. Marcos Antônio de Souza – 47 anos
10. Vadilson Felipe do Espírito Santo – 53 anos
11. Maurício Francisco da Silva – 81 anos
12. Amaury Gouveia Falcone – 89 anos
13. Padre Eliezer Soares – 51 anos

APÊNDICE C – Ficha de identificação dos bens culturais (imóveis e móveis) do Vale do Gramame – PB

Ficha de identificação dos bens culturais (imóveis e móveis) do Vale do Gramame – PB

Localidade:_____Município:_____

Nome dos bens culturais ou denominação:_____

Estimativa cronológica:_____

Tipo:_____Coordenadas GPS:_____

Propriedade ou nome do proprietário: ( ) Público ( ) Privado

Situação de ocupação: ( ) Próprio ( ) Alugado

Estado de conservação:_____
Uso original:_____Uso original:_____

Situação e ambiente:_____

Descrição dos bens culturais: ( ) Móvel ( ) Imóvel

Pesquisa histórica dos bens culturais: ( ) Móvel ( ) Imóvel

Documentação fotográfica/Fonte:

ANEXO A – CD contendo as transcrições das entrevistas dos moradores do Vale Gramame